

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Escola Superior de Educação Física
Programa de Pós-graduação em Educação Física



Dissertação de Mestrado

**ESTRUTURA E PROCESSO DO PROJETO VIDA ATIVA (PELOTAS-RS):
DESCRIÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DOS NÚCLEOS E SUAS ATIVIDADES EM 2019.**

Giulia Salaberry Leite

Pelotas, 2021

Giulia Salaberry Leite

**ESTRUTURA E PROCESSO DO PROJETO VIDA ATIVA (PELOTAS-RS):
DESCRIÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DOS NÚCLEOS E SUAS ATIVIDADES EM 2019.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física, da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Inácio Crochemore Mohnsam da Silva
Coorientador: Prof. Dr. José Antônio Bicca Ribeiro

Pelotas, 2021

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

L533e Leite, Giulia Salaberry

Estrutura e processo do projeto vida ativa (pelotas-rs): descrição da implementação dos núcleos e suas atividades em 2019 / Giulia Salaberry Leite ; Inácio Crochemore Mohnsam da Silva, orientador ; José Antônio Bicca Ribeiro, coorientador. — Pelotas, 2021.

102 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Escola Superior de Educação Física, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

1. Política pública. 2. Políticas locais. 3. Gestão em saúde. 4. Política social. 5. Política de saúde. I. Silva, Inácio Crochemore Mohnsam da, orient. II. Ribeiro, José Antônio Bicca, coorient. III. Título.

CDD : 796

Giulia Salaberry Leite

Estrutura e Processo do Projeto Vida Ativa (Pelotas-RS):
Descrição da implementação dos núcleos e suas atividades em 2019.

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra em Educação Física, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Escola Superior de Educação Física, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 30/07/2021

Banca examinadora:

.....
Prof. Dr. Inácio Crochemore Mohnsam da Silva (Orientador)
Doutor em Epidemiologia, Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

.....
Profa. Dra. Marília Velardi
Doutora em Educação Física, Universidade Federal de Campinas (UNICAMP)

.....
Prof. Dr. Mathias Roberto Loch
Doutor em Saúde Coletiva, Universidade Estadual Londrina (UEL)

Agradecimentos

A Minha mãe Cátia, Fernando, Elizandro e avó Sônia, obrigado por tudo incondicionalmente.

A minha família e amigos, sobretudo nas minhas ausências.

Ao meu orientador, Inácio e coorientador Bicca, pelo comprometimento comigo e com a minha pesquisa.

Agradeço a Universidade Federal de Pelotas pelo apoio institucional e aos professores, técnicos e colegas do Programa de Pós-graduação em Educação Física da Universidade Federal de Pelotas, pelos momentos partilhados e aprendizados.

Resumo

LEITE, Giulia Salaberry. **Estrutura e Processo do Projeto Vida Ativa (Pelotas-RS): Descrição da implementação dos núcleos e suas atividades em 2019**. Orientador: Inácio Crochemore Mohnsam da Silva. 2021. 102f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Escola Superior de Educação Física, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

Esta pesquisa, de caráter qualitativo, teve como objetivo descrever o processo de implantação dos Núcleos do Projeto Vida Ativa (PVA) no município de Pelotas (RS). O PVA é uma política de governo, desenvolvida no município desde 2013, financiada e executada exclusivamente pela prefeitura municipal de Pelotas. O projeto estima atender cerca de 4000 pessoas promovendo Atividades Físicas e Esportivas (AFEs) e tem como objetivo melhorar a qualidade de vida de crianças, jovens, adultos e idosos, em situação de vulnerabilidade social. A ênfase da descrição se deu sobre aspectos de estrutura e processo de estabelecimento das atividades no ano de 2019, identificando as principais potencialidades e desafios de continuidade do projeto. Como principal procedimento metodológico de produção dos dados, esse estudo fez uso da técnica da entrevista, com roteiros semiestruturados, destinado as três coordenadoras gerais e às cinco coordenadoras de núcleos, totalizando oito entrevistas. Além disso, foi utilizada como fonte complementar nessa escrita o registro feito no caderno de notas. Para análise dos dados obtidos foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. Os principais resultados ratificam o potencial de relevância do projeto no município, a preocupação da gestão na formação dos servidores e foco de implementação de núcleos em lugares com menos acesso à AFEs. Em termos de desafios para continuidade, emergiram aspectos relacionados a escassez de recursos financeiros para manutenção e otimização do que já foi estabelecido, a necessidade da avaliação se tornar um processo constante para evitar que aspectos políticos possam alterar os rumos das ações garantindo que o projeto pode avançar e se efetivar como uma política permanente na cidade.

Palavras-chave: Política Pública. Políticas Locais. Gestão em Saúde. Política social. Política de saúde.

Abstract

LEITE, Giulia Salaberry. **Structure and Process of the Vida Ativa Project (Pelotas-RS): Description of the implementation of the poles and their activities in 2019.** Advisor: Inácio Crochemore Mohnsam da Silva. 2021. 103f. Dissertation (Masters in Physical Education) - Higher School of Physical Education, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2021.

This qualitative research aimed to evaluate the implementation process of the *Projeto Vida Ativa* (Active Life Project) in the city of Pelotas (RS, Brazil). The project is a government policy, developed in the city since 2013, financed and conducted by the municipal government of Pelotas. The project reach about 4000 people promoting Physical Activities and Sports (PAS) and aims to improve the quality of life of children, young people, adults and elderly, in a situation of social vulnerability. The emphasis of the description was given to aspects of structure and implementation of activities in 2019, identifying potential and challenges for the continuity of the project. As the main methodological procedure for data production, this study used the interview technique, with a semi-structured script and destined to the three general coordinators and the five nucleus coordinators, totaling eight interviews. In addition, the record made in a notepad was used as a complementary source in this study. For data analysis, the content analysis technique was used. The main results confirm the potential relevance of the project at the municipality level, the concern of stakeholders in capacity building and the focus on implementing hubs in locations with less access to AFEs. In terms of challenges to continuity, aspects related to the scarcity of financial resources for maintenance and optimization of what has already been established were identified. In addition, the need for evaluation to become a constant process to prevent political interferences was observed as an important tool towards advances in the *Projeto Vida Ativa*.

Keywords: Public policy. Local Policies. Health Management. Social policy. Health policy.

Apresentação

Esta dissertação de Mestrado atende ao regimento do Programa de Pós-Graduação em Educação Física, da Escola Superior de Educação Física, da Universidade Federal de Pelotas. A pesquisa se insere como produto da área Movimento, Educação e Sociedade e faz parte da linha Estudos Socioculturais da Esporte e da Saúde. Seu volume total é composto por quatro partes:

1) Projeto de Pesquisa: Apresentado e qualificado no dia 02 de junho de 2020, com a inclusão das modificações sugeridas pela banca de avaliação.

2) Relatório de Trabalho de Campo: Detalhamento das atividades realizadas pela pesquisadora durante a coleta de dados da pesquisa.

3) Artigo: Estrutura e Processo do Projeto Vida Ativa (Pelotas-RS): Descrição da implementação dos núcleos e suas atividades em 2019.

4) Comunicado à Imprensa: Será enviado para a imprensa local.

Lista de Figuras Projeto de Dissertação

Figura 1 Linha Temporal Projeto Vida Ativa	31
Figura 2 Núcleos PVA Zona Urbana - 2019.....	34
Figura 1 Núcleos PVA Zona Rural - 2019.....	34
Figura 4 Organograma População do estudo.....	39
Figura 5 Modelo Lógico Projeto Vida Ativa.....	41
Figura 6 Organograma dos procedimentos metodológicos das entrevistas.....	42

Lista de Figuras Artigo

Figura 1 Modelo Lógico PVA.....	89
Figura 2 Fluxograma Categorias de Análise.....	90

Lista de quadros Projeto

Quadro 1 Núcleos e atividades PVA 2019	36
Quadro 2 Previsão Orçamentária	45
Quadro 3 Cronograma da Construção da Dissertação.....	46

Lista de quadros Artigo

Quadro 1 Caracterização População.....	69
---	----

Sumário Dissertação de Mestrado

1 Projeto de Pesquisa.....	19
2 Relatório de trabalho de Campo.....	52
3 Artigo.....	60
4 Comunicado a Imprensa.....	91
Apêndices.....	94

1 Projeto de Pesquisa

(Dissertação de Mestrado Giulia Salaberry Leite)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Escola Superior de Educação Física
Programa de Pós-graduação em Educação Física



Projeto de Mestrado

**ESTRUTURA E PROCESSO DO PROJETO VIDA ATIVA (PELOTAS-RS):
DESCRIÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DOS NÚCLEOS E SUAS ATIVIDADES EM 2019**

Giulia Salaberry Leite

Pelotas, 2020

Giulia Salaberry Leite

**ESTRUTURA E PROCESSO DO PROJETO VIDA ATIVA (PELOTAS-RS):
DESCRIÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DOS NÚCLEOS E SUAS ATIVIDADES EM 2019**

Projeto de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física, da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Inácio Crochemore Mohnsam da Silva

Coorientador: Prof. Dr. José Antônio Bicca Ribeiro

Pelotas, 2020

Banca examinadora:

.....
Prof. Dr. Inácio Crochemore Mohnsam da Silva (Orientador)

Doutor em Epidemiologia, Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

.....
Prof. Dr. Alan Goularte Knuth

Doutor em Epidemiologia, Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

.....
Prof. Dr. Mathias Roberto Loch

Doutor em Saúde Coletiva, Universidade Estadual Londrina (UEL)

RESUMO

LEITE, Giulia Salaberry. **Estrutura e Processo do Projeto Vida Ativa (Pelotas-RS): Descrição da implementação dos núcleos e suas atividades em 2019**. 2020. 44 f. Projeto de Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas/RS, 2020

Esta pesquisa, de caráter qualitativo, tem como objetivo descrever o Projeto Vida Ativa (PVA) quanto ao processo de implantação de seus núcleos de atuação no município de Pelotas, com ênfase nos aspectos de estrutura e estabelecimento das atividades no ano de 2019. O PVA é uma política de governo, financiado e executado exclusivamente pela prefeitura municipal e tem como objetivo melhorar a qualidade de vida de crianças, jovens, adultos e idosos, em situação de vulnerabilidade social, através do esporte e de atividades físicas. Como principal procedimento metodológico de produção dos dados, esse estudo fará uso da técnica da entrevista, com roteiro semiestruturado e destinado aos coordenadores do PVA. O grupo que será estudado é composto por três coordenadores gerais do projeto e cinco coordenadores de núcleos específicos onde as atividades são realizadas. Além disso, serão utilizadas como fonte complementar nessa escrita o registro em um caderno de notas dos demais contatos e visitas. Para o tratamento dos dados será utilizada a técnica de análise de conteúdo de Bardin. Por fim, destaca-se que a consolidação dessa pesquisa visa construir produção científica a partir de uma política local buscando aproximar a Universidade de ações governamentais onde o profissional de Educação Física está inserido.

Palavras-Chaves: Políticas Públicas. Políticas Municipais. Atividade Física. Vida Ativa.

Lista de Abreviaturas e Siglas Projeto de Dissertação

DANTs	Doenças e agravos não-transmissíveis
DCNTs	Doenças Crônicas não transmissíveis
ESEF	Escola Superior de Educação Física
NASF	Núcleo de Apoio da Saúde e da Família
OMS	Organização Mundial da Saúde
PELC	Programa de Esporte e Lazer da Cidade
PNPS	Política Nacional de Promoção da Saúde
PVA	Projeto Vida Ativa Pelotas
SMED	Secretaria Municipal de Educação e Desporto
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPel	Universidade Federal de Pelotas

SUMÁRIO DO PROJETO

1 INTRODUÇÃO	19
2 REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1 Políticas públicas e seus processos de avaliação	20
2.1.1. Políticas de Esporte e Lazer	25
2.1.2. Políticas de Promoção de Saúde com foco em Atividade Física	28
2.2 Políticas Públicas de Esporte e lazer e de Atividade Física na cidade de Pelotas	29
2.2.1. Projeto Vida Ativa Pelotas.....	31
2.2.2. Núcleos Projeto Vida Ativa Pelotas.....	33
2.2.3. Atividades Projeto Vida Ativa Pelotas	35
3 OBJETIVOS.....	36
3.1 Objetivo Geral.....	37
3.2 Objetivos Específicos	37
4 JUSTIFICATIVA	37
5 METODOLOGIA	38
5.1 Percurso Metodológico.....	38
5.2 Participantes da Pesquisa	38
5.3 Instrumentos para coleta de informações	39
5.3.1. Entrevistas	39
5.3.2. Logística das entrevistas.....	42
5.4 Diário de Campo	42
5.5 Análise dos dados.....	43
6 ASPECTOS ÉTICOS	43
6.1 Termo de Consentimento livre e esclarecido	43
6.2 Análise Crítica dos Riscos e Benefícios	44
6.2.1.Riscos.....	44
6.2.2 Benefícios	44
6.3 Explicação das responsabilidades dos pesquisadores.....	44
6.4 Explicação de critérios para suspender ou encerrar da pesquisa	44
6.5 Declaração de que os resultados da pesquisa serão tornados públicos	45
6.6 Declaração sobre o uso e destinação do material e/ ou dados produzidos	45
7 FINANCIAMENTO	45
7.1 Previsão Orçamentária	45
8 CRONOGRAMA	46
REFERÊNCIAS	46

1. INTRODUÇÃO

O lazer e o esporte são direitos estabelecidos em constituição (BRASIL, 1988) e se configuram como uma forma de ação social. É dever do Estado a proposição de programas com atividades direcionadas para esses dois eixos, os quais recebem atenção antes mesmo do apelo atual aos programas de promoção de atividade física. Um exemplo de política de esporte e lazer é o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), que é uma política pública financiada pelo Ministério do Esporte e desenvolvida pelos municípios com o principal objetivo de democratização do acesso a esporte e ao lazer, sem compromisso com o alto rendimento, buscando a inclusão social e a qualidade de vida das comunidades atendidas (SECRETARIA ESPECIAL DO ESPORTE, 2017).

Com a transição epidemiológica, destacando o aumento das doenças e agravos não-transmissíveis (DANTs), com os avanços da ciência na identificação dos benefícios da atividade física regular à saúde nesse cenário, e uma grande onda de informações ofertadas pela mídia (FERREIRA et al., 2013), é crescente o número de iniciativas de diferentes níveis governamentais com ações que tentam a promoção de saúde por meio da promoção de atividades físicas (FERREIRA & NAJAR, 2005). As principais políticas nacionais que fomentam a promoção da atividade física são a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), a inserção da Educação Física nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) e o Academia da Saúde.

A inserção da promoção de atividade física vem sendo justificada em virtude das altas prevalências de inatividade física em todas as faixas etárias da população (SALLIS et al., 2016). Em nível global, o novo plano de ação mundial da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre atividade física e saúde (2018 a 2030) estabelece a meta de reduzir a inatividade física em 10% até 2025 e 15% até 2030 (WORLD HEALTH ORGANIZATION et al., 2018). A OMS sugere em seu plano de ações em quatro eixos. No primeiro, estimula-se a criação de sociedades ativas através de normas sociais e atitudes para uma mudança de paradigma em toda sociedade, aumentando o conhecimento dos múltiplos benefícios da atividade física regular de acordo com a capacidade individual e em todas as idades. No segundo eixo, é destacada a necessidade de criar ambientes ativos que promovam e salvaguardem os direitos de acesso a áreas de lazer, permitindo o espaço equitativo a lugares e espaços seguros. No terceiro eixo, o foco passa a ser promover atividade física em nível individual, a partir de programas e oportunidades em diversos contextos, para todas as idades e capacidades individuais. No quarto e último eixo, a OMS sugere criar

sistemas ativos, ou seja, fortalecer a liderança, governança e facilitadores da ação política (WORLD HEALTH ORGANIZATION et al., 2018).

No contexto histórico de políticas de esporte e lazer, bem como no contexto atual de promoção da atividade física, em Pelotas-RS, cidade no extremo sul do Brasil, existe o Projeto Vida Ativa (PVA). O PVA envolve o esporte e lazer, bem como a promoção de atividades físicas e tem origem no acima mencionado PELC, extinto em 2013 no município. O Projeto faz parte das ações da Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SMED) e é desenvolvido desde 2013, tendo como principal objetivo, segundo Berni e Quevedo (2017), melhorar a qualidade de vida de crianças, jovens, adultos e idosos, em situação de vulnerabilidade social, através do esporte e de atividades físicas.

O PVA foi elaborado visando levar às comunidades mais distantes do município de Pelotas diferentes atividades e eventos sociais. Apresenta um importante potencial para a cidade, mobilizando, segundo a prefeitura municipal (SMED) aproximadamente 4.000 pessoas de diferentes faixas etárias distribuídas na zona urbana e rural, em todos os bairros e distritos da cidade. Assim, a análise das ações desenvolvidas na cidade de Pelotas/RS pode colaborar com a reflexão sobre seu papel social, político e econômico, bem como dar um retorno para os participantes, para os gestores e para a sociedade como um todo. Destaca-se também a importância da produção do conhecimento acadêmico sobre ações concretas e a investigação de políticas locais, visto a relativa escassez de estudos atuais em cidades de pequeno ou médio porte.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Políticas Públicas e seus processos de avaliação

A ideia de política pública é algo complexo segundo Gianezi et al. (2017), pois não há uma teoria completa e definida sobre o tema. No sentido político a política pública é vista como um processo de decisão, onde existem naturalmente conflitos e interesses permeando esses processos. As políticas públicas podem ser parte de uma política de Estado ou de uma política de governo. A política de Estado é aquela que independente do governo e do governante deve ser realizada porque é amparada pela Constituição Federal (BRASIL, 1988). Já uma política de governo depende da alternância de poder entre os governos, pois cada um deles tem seus projetos e esses podem vir ou não a se transformarem em políticas públicas permanentes. De forma provocadora, Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”.

Sendo assim, as políticas públicas são as medidas e programas criados pelos governos dedicados a garantir o bem-estar da população. Segundo Lenzi (2017), por serem programas relacionados com direitos que são garantidos aos cidadãos, as políticas públicas estão presentes em muitas áreas, como educação, saúde, trabalho, lazer, assistência social, meio ambiente, cultura, moradia e transporte.

Para que essas políticas públicas realmente aconteçam e saiam do papel, segundo Gianezini et al. (2017) elas passam por um processo desde sua implantação até sua conclusão e são eles: a) Percepção e definição do problema; b) Configuração da agenda; c) Implementação; d) Avaliações.

A avaliação segundo Contandriopoulos et al. (1997) “é uma atividade tão velha quanto o mundo, banal e inerente ao processo de aprendizado”. O conceito de avaliação e o hábito de avaliar instituições, projetos e programas públicos emergiu após a Segunda Guerra Mundial, acompanhando os consistentes investimentos em políticas públicas de bem-estar social e no decorrer dos anos setenta assumiu grande relevância, pois a necessidade de avaliar ações sanitárias se estabeleceu, fazendo com que se cria-se, organismos encarregados de avaliar essas novas tecnologias (BRASIL, 2007).

As práticas avaliativas têm sido introduzidas em diferentes contextos da sociedade e de diversas maneiras, segundo Minayo (2011) como uma ação externa que analisa determinada intervenção ou problema e como etapa do planejamento da gestão dos programas e projetos. Essa prática também tem acompanhado concomitantemente as ações voltadas a mudanças desde os primeiros desenhos dessas iniciativas.

No Brasil, o processo de institucionalização das tecnologias de avaliação que buscam acompanhar projetos sociais ou de mudanças institucionais, segundo Minayo (2011), ainda é muito tímido. A autora elenca como razões para isso a existência de uma cultura autoritária e clientelista que costuma orientar a prática política do país, independente dos governos vigentes. No entanto, embora tímido e recente, o processo de avaliações também apresenta casos bem-sucedidos no país, como as avaliações conduzidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que acompanharam, evidenciaram os problemas e as potencialidades da ciência e tecnologia no país, buscando orientar o rumo e a aplicação dos recursos públicos.

No campo das políticas públicas, Minayo (2011) afirma que vários fatores contribuíram para a intensificação de avaliações na área social, de segurança, saúde e em outros âmbitos institucionais e foram eles:

“(a) a reforma do Estado que fez diminuir sua presença direta nas áreas sociais e aumentou seu papel de formulador de políticas e de repassador de recursos para execução de políticas públicas; (b) a focalização da ação governamental em determinadas atividades exigindo análise de eficácia dos investimentos; (c) a entrada de organizações não-governamentais e da iniciativa privada na prestação de inúmeros serviços de interesse público, em relação aos quais, há uma concorrência por recursos, pois tanto as empresas como os governos cobram resultados; (d) as exigências dos órgãos internacionais que financiam projetos sociais e estratégicos; (e) a ampliação e o aprofundamento dos mecanismos de controle social sobre as políticas sociais e instituições, colocando os recursos que utilizam sob vigilância da sociedade civil e gerando pressão dos meios de comunicação e da opinião pública.”

As ações avaliativas podem acontecer de duas maneiras, seja por meio da própria avaliação ou por monitoramento e essas duas se complementam. A avaliação é entendida por Minayo (2011) como “a realização de um conjunto de atividades técnico e científicas que buscam atribuir valor de eficiência, eficácia e efetividade a processos de intervenção, em sua implantação, implementação e resultados”. Já a segunda ação avaliativa seria o monitoramento, o qual Minayo (2011) compreende como “a observação e o registro regular das atividades previstas dentro de um projeto ou programa”. Ambos buscam compreender o que contribui para o bom andamento das políticas, programas e projetos, o que possibilita seu alcance e quais são os seus limites.

Para o êxito de uma avaliação ou monitoramento, Minayo (2011) apresenta quatro parâmetros: utilidade, viabilidade, ética e precisão técnica. A dimensão de utilidade segundo a autora, considera que jamais se deve empreender uma avaliação inútil, isto é, “uma boa avaliação visa a reduzir incertezas, melhorar a efetividade das ações e propiciar a tomada de decisões relevantes por meio de lições aprendidas no processo” (MINAYO, 2011, P.4). A dimensão da viabilidade leva em conta o ambiente político, prático e de custo-benefício, ou seja, “uma avaliação deve ter condições de realização do ponto de vista financeiro, técnico e gerencial. Toda avaliação precisa de orçamento compatível com o nível de profundidade que seu propósito e o objeto estudado requer” (MINAYO, 2011, P.4). A dimensão ética ressalta o respeito aos valores dos interessados e a seriedade intelectual com que deve ser realizada a abordagem avaliativa, isto significa, “que para se fazer uma competente análise de um projeto, programa ou conjunto de programas deve-se tornar mais evidente para as instituições e a sociedade a aplicação de seus recursos, evitando ou denunciando desperdícios” (MINAYO, 2011, P.4) e por último a dimensão da precisão

técnica, que se refere a uma avaliação para gerar informações importantes e esta deve ser realizada por meio de parâmetros consolidados cientificamente, em outros termos “é preciso levar em conta o desenvolvimento teórico já consolidado universalmente nessa área, para que todo o instrumental utilizado seja qualitativamente adequado aos objetivos propostos”. (MINAYO, 2011, P.4)

Para tentar definir o conceito de avaliação e seus processos a partir do breve contexto apresentado, nos estudos de Contandriopoulos et al. (1997) eles relatam que as definições de avaliação são inúmeras e que poderiam até chegar a dizer que cada avaliador constrói a sua ao longo do processo. Para eles avaliação “consiste fundamentalmente em fazer um julgamento de valor a respeito de uma intervenção ou sobre qualquer um de seus componentes, com o objetivo de ajudar na tomada de decisões”.

As dificuldades encontradas no processo de avaliação são inúmeras, tanto conceituais quanto operacionais (BRASIL, 2007). Os principais desafios encontrados nas avaliações de políticas públicas, segundo Tortato (2013), são as limitações das fontes de dados, identificação dos beneficiários, associação dos meios e fins, contextualização, captação das mudanças ao longo do tempo e a inovação.

Embora existam dificuldades e desafios nos processos de avaliação, cabe ressaltar a relevância de se avaliar políticas, programas e projetos. Essas avaliações segundo Hartz (1997) apresentam objetivos estratégicos nos quais podem ajudar no planejamento e na elaboração de intervenções, objetivos formativos que fornecem informações para melhorar as intervenções no seu decorrer, objetivos somativos para determinar os efeitos de uma intervenção e decidir se ela deve ser mantida, transformada ou interrompida e objetivos fundamentais que buscam contribuir para o progresso dos conhecimentos e elaboração teórica.

O desenvolvimento das avaliações ao longo dos anos, apresentam-nos alguns termos, que já foram mencionados acima e que fazem parte dos conceitos e abordagens quantitativas e qualitativas e são eles: eficiência, eficácia, efetividade e sustentabilidade. Esses termos estão presentes nas estratégias e instrumentos de avaliação e podem ser definidos segundo Minayo (2011) como:

“Eficiência: é oriundo da noção de otimização dos recursos disponíveis: ou seja, obter a custo mínimo possível o máximo de benefício. A avaliação de eficiência vem transbordando cada vez mais seu nicho econômico, incluindo estratégias e instrumentos para analisar custos sociais, políticos e ambientais. Eficácia: consiste na análise do cumprimento das metas traçadas por um determinado projeto. É o tipo mais simples, comum e difundido de análise de determinada intervenção, geralmente realizada pelos próprios órgãos encarregados de execução da proposta. Efetividade: é mais profunda que a avaliação de eficácia. Ela capta os efeitos de um

projeto ou programa e tem por finalidade aferir as mudanças quantitativas e qualitativas promovidas pela intervenção. Sustentabilidade: fundamenta-se na construção de indicadores para analisar padrões sustentáveis de desenvolvimento quanto a aspectos técnicos, ambientais, econômicos e sociais. ”

Pode-se considerar uma avaliação completa, aquela que inicia antes de uma intervenção acontecer, passando pelo acompanhamento durante a sua implantação e pela análise dos seus resultados, o que Minayo (2011) classifica em três momentos: Ex-ante, monitoramento e Ex-post (monitoramento e avaliação). Entretanto, uma avaliação pode privilegiar apenas um momento da realização de uma política pública, programa ou projeto que o pesquisador considerar relevante, porém, é importante ter em mente todas as etapas que compõem esse processo.

Nesse contexto, diferentes abordagens sobre avaliação em saúde e de políticas públicas estão disponíveis na literatura, dentre elas, destacam-se a Tríade de Donabedian juntamente com o referencial de Habicht et al. Ambas propostas não apresentam conflitos entre seus modelos (BRASIL, 2007), mas precisam de distinção visto que o modelo de Donabedian tem enfoque na avaliação dos serviços e o de Habicht et al. é voltado para a saúde pública (BRASIL, 2007).

No modelo desenvolvido por Habicht et al. (1999), que tem enfoque voltado a saúde pública, o autor propõe a avaliação de programas em dois eixos, o primeiro eixo refere-se ao tipo de indicadores necessários para a avaliação e o segundo, ao grau de inferência da avaliação. No primeiro eixo os indicadores estão relacionados ao que se quer medir ou avaliar e são eles: oferta, utilização, cobertura e impacto.

Na oferta, é verificado se os serviços são acessíveis à população, se estão disponíveis e se a qualidade é adequada. Na utilização, verifica-se se esses serviços estão sendo utilizados pelas pessoas. Já na cobertura, checa-se se a utilização resultará em uma dada cobertura populacional. A cobertura é uma medida particularmente útil, representando a interface entre serviços e oferta de atividades com a população. Por fim, o impacto que avalia se a cobertura alcançada pode levar a um impacto sobre o desempenho, o comportamento, saúde, e, ainda, se houve um resultado favorável (BRASIL, 2007, P.182).

O segundo eixo do modelo Habicht et al. (1999) refere-se ao tipo de inferência causal e são classificados em: adequação, plausibilidade ou probabilidade e ao grau de certeza necessária para a tomada de decisão. O nível de inferência depende do tipo de estudo empregado para a avaliação e está diretamente relacionado ao estágio de desenvolvimento do programa e seus recursos disponíveis (BRASIL, 2007).

Com ênfase em estudos para avaliar os serviços de saúde, Donabedian (1980) propõe a utilização de uma Tríade, onde a avaliação do serviço prestado é realizada a partir

da utilização de indicadores representativos de três aspectos principais: Estrutura, Processo e Resultado.

O primeiro aspecto que é a estrutura e segundo Donabedian (1978), desenvolve-se a nível institucional onde são avaliados os recursos humanos, materiais, financeiros, área física e também a capacitação dos profissionais e organização dos serviços. A avaliação de processo, pode ser dividido de duas maneiras: a observação direta da prática e os estudos baseados em registros. Na análise do processo descreve-se as atividades oferecidas na assistência, a competência dos profissionais frente aos problemas e aspectos éticos na relação entre profissionais e usuários durante todo o período do atendimento, ou seja, se tem como referencial o indivíduo e a população. No terceiro aspecto que são os resultados, são avaliadas as mudanças relacionadas com conhecimento e comportamento, o estado de saúde dos usuários e os efeitos do cuidado na população, a satisfação do usuário e profissional envolvidos na assistência (DONABEDIAN, 1992)

De acordo com Donabedian (1992), a análise isolada de cada componente da tríade, principalmente aquelas com foco nos resultados, apresenta problemas e mostra-se insuficiente muitas vezes. Para a avaliação correta dos resultados, é essencial que seja compreendido o potencial e limitações oriundos da estrutura disponível para implementação da política, bem como os seus processos de implementação. A partir disso e devido as características do PVA, principalmente relacionadas a amplitude de ações e larga dimensão dos usuários, utilizou-se os indicadores quantitativos, presentes na proposta de Donabedian (1980), de estrutura e processo para a construção de um modelo lógico do PVA. Com base desse modelo, identificamos a necessidade de se fazer uma avaliação qualitativa do PVA, a qual tem como um dos seus principais objetivos permitir a compreensão dos processos e resultados, considerando-os segundo Minayo (2010) “como um complexo integrado por ideias, padrões de comportamento e de interações, organizados em torno a interesses consensuais e socialmente reconhecidos. ”

Consideramos a abordagem qualitativa de extrema relevância, uma vez que sempre há implicações subjetivas nas ações das pessoas envolvidas. Segundo Minayo (2011) isso se confirma quando se trata da análise de políticas, programas e projetos, em que o envolvimento, as opiniões e as atitudes de todos os envolvidos que configuram a ação social e influenciam fortemente os resultados esperados.

2.1.1. Políticas de Esporte e Lazer

Uma das delimitações desse trabalho se dará no âmbito das políticas públicas de esporte e lazer e as políticas de promoção da saúde com foco em atividade física, para tanto, torna-se relevante discutir seus cenários.

Ao falarmos de direitos sociais, sabemos que a garantia legal é um importante passo para a possível garantia de recursos para a realização de políticas públicas e o seu primeiro aparato legal sobre Esporte e Lazer é a Constituição Federal (BRASIL, 1988), que em seu Art. 217 garante que: “É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um”. Além disso, no art. 3º da Constituição é destacado também que “O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social” (BRASIL, 1988).

Para que a sociedade desfrute desses direitos, ações governamentais são necessárias através das políticas públicas, sejam elas na esfera federal, estadual ou municipal (PINTOS et al. 2016). As principais políticas de esporte e lazer desenvolvidas encontradas nesse sentido foram o Programa Segundo Tempo¹ e o PELC².

No Programa Segundo Tempo o pressuposto é de que o esporte é condição essencial para o desenvolvimento humano, que muitas vezes é negado, principalmente, às camadas sociais de baixa renda. Segundo Tassa e Lovato (2014) o programa é destinado a democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, ocupando o tempo ocioso de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social.

Já o PELC, na sua essência, desenvolve uma proposta de política pública e social que atenda às necessidades de esporte recreativo e lazer da população, além de proporcionar a prática de atividades físicas, jogos e brincadeiras, que envolvam todas as faixas etárias e as pessoas com deficiência. O projeto também estimula a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, fomenta a pesquisa e a socialização do conhecimento, contribuindo para que o esporte e o lazer sejam tratados como políticas públicas e direitos de todos (TASSA & LOVATO, 2014).

Com a extinção do Ministério do Esporte em janeiro de 2019, a Secretaria Especial do Esporte assumiu a função de assessorar o Ministério da Cidadania na supervisão e

¹Disponível em: <<https://esporte.gov.br/servicos/programas/segundo-tempo/programa-segundo-tempo>>
Acesso em: 15 de abr. 2020.

²Disponível em: <<https://esporte.gov.br/servicos/programas/pelc/programa-esporte-e-lazer-da-cidade>>
Acesso em: 15 de abr. 2020.

coordenação da política nacional de desenvolvimento da prática esportiva e nessa missão, desenvolve e implementa ações de inclusão social por meio do esporte, com a perspectiva de garantir à população o acesso gratuito a atividades físicas, qualidade de vida e desenvolvimento humano. Embora sejam escassas informações sobre o real estado de implementação dessas ações, no site do Ministério da Cidadania e da Secretaria Especial do Esporte, os seguintes programas estão disponíveis para consulta: Projeto Integra; Projeto Sinais; Vida Saudável; Forças no Esporte; Seleções do Futuro; Brincando com o Esporte; Estação Cidadania; Lei de incentivo ao Esporte; Bolsa atleta; O já mencionado Programa Segundo Tempo e o PELC (SECRETARIA ESPECIAL DO ESPORTE, 2020).

Através do site da secretaria do esporte é possível visualizar as diretrizes e saber como pleitear para os estados e municípios, em sua maioria acontecem por meio de edital de chamamento público para concorrer ao programa e o recurso também pode ser pleiteado por meio de emenda parlamentar. Os programas criados buscam beneficiar e oportunizar práticas para as crianças, jovens e adultos. Segundo estudos de Pintos et al. (2016) o que ainda hoje justifica as existências desses programas são as desigualdades de acesso ao esporte e lazer por parcela significativa da população brasileira.

O relatório PNUD apresenta o quadro de iniquidades no acesso as atividades físicas e esportivas, fazendo um chamado para que as políticas públicas e iniciativas na área ampliem as oportunidades para as mulheres, idosos, pessoas em situação de vulnerabilidade social, negros, pessoas com deficiência e com baixa escolaridade. Visto que essas populações nem sempre tem alcance dessas iniciativas, pois as diferenças existentes em termos de raça, gênero, situação econômica e nível de escolaridade refletem no acesso a essas práticas. O relatório também aponta que esse acesso, é um direito das pessoas e não um dever (BRASIL,2017) como muito aparece em discursos que circulam pelas mídias e as vezes como escopo de programas e iniciativas.

Os acessos a essas políticas devem ser resultados de uma decisão livre e consciente, não limitada por falta de tempo, de recursos ou de oportunidades. No entanto a liberdade de escolha sobre a prática encontra-se muito limitada, pois não há igualdade nas oportunidades de acesso para os diversos grupos sociais, conforme citados anteriormente e mesmo reconhecendo as potencialidades dessas práticas, muitas pessoas continuam sem oportunidade de acesso ou a experimentá-las de maneiras muito distintas e desiguais (BRASIL,2017).

Algumas características apontadas no relatório (BRASIL,2017) como ser jovem, homem, branco, de alto nível socioeconômico e alto grau de instrução estão frequentemente vinculadas a um nível mais alto de prática, ao passo que características como ser idoso, mulher, negro, de baixo nível socioeconômico ou baixo grau de instrução estão frequentemente vinculadas a um nível mais baixo de prática. A partir desse exposto é importante tentar compreender como as políticas locais que estão mais próximas e em municípios menores tem pensado essas questões, a quem essas estão contemplando e quais discursos tem perpassado por elas.

2.1.2. Políticas de Promoção de Saúde com foco em Atividade Física

A atividade física vem sendo vinculada a noção de promoção de saúde³ em nosso histórico recente. Cabe a ressalva de que promoção de saúde é um conceito muito mais amplo do que a atividade física e abrange uma série de condicionantes e determinantes sociais da saúde⁴ que impactam a qualidade de vida da população.

No Brasil, desde meados de 1980, segundo Dias et al. (2018), alguns acontecimentos contribuíram para que a promoção da saúde fosse aceita como um novo eixo na prática das políticas de saúde. Dentre esses acontecimentos está a realização da 8ª Conferência Nacional de Saúde (cujo tema foi “Democracia é Saúde”), o Movimento da Reforma Sanitária Brasileira (BRASIL,1988) e na criação do Sistema Único de Saúde (SUS), com efetiva institucionalização em 2006, a partir da aprovação da PNPS.

A promoção da saúde vem sendo discutida desde o processo de redemocratização do Brasil, no qual a 8ª Conferência Nacional de Saúde se constituiu como o grande marco da luta pela universalização do sistema de saúde e pela implantação de políticas públicas em defesa da vida, tornando a saúde um direito social irrevogável, como os demais direitos humanos e de cidadania (BRASIL, 2018, P.7).

O ano de 2006 tem marcos normativos significativos para a promoção de saúde na atenção básica e esses marcos apresentam relação com as práticas corporais e atividade física. Dentre eles estão a já mencionada PNPS, que tem como seu objetivo geral: “promover a equidade e a melhoria das condições e dos modos de viver, ampliando a potencialidade da saúde individual e coletiva e reduzindo vulnerabilidades e riscos à saúde

³ A Carta de Ottawa define promoção da saúde como "processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da sua qualidade de vida e saúde, incluindo maior participação no controle desse processo" (OMS, 1986)

⁴ “O conceito de saúde reflete a conjuntura social, econômica, política e cultural. Ou seja: saúde não representa a mesma coisa para todas as pessoas. Dependerá da época, do lugar, da classe social. Dependerá de valores individuais, dependerá de concepções científicas, religiosas, filosóficas” (SCLAR, 2007).

decorrentes dos determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais” (BRASIL, 2018, p.11).

Segundo Cruz (2010), a PNPS reforça o papel dos determinantes sociais no processo saúde/doença e coloca as práticas corporais e atividade física como uma de suas ações prioritárias buscando “promover ações, aconselhamento e divulgação de práticas corporais e de atividades físicas, incentivando a melhoria das condições dos espaços públicos, considerando a cultura local e incorporando brincadeiras, jogos, danças populares, entre outras práticas” (BRASIL, 2018, P.22).

O fato das práticas corporais e atividade física estarem presentes na PNPS, fundamenta a inserção do profissional da Educação Física no serviço de atenção básica, principalmente por meio das equipes multiprofissionais do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) de forma integrada com a Estratégia de Saúde da Família. Os núcleos do NASF têm como enfoque contribuir e fortalecer a atenção básica no país, aumentando a rede de serviços em saúde e agregando profissionais de diferentes áreas da saúde (BRASIL, 2008).

Em 2011, o Ministério da Saúde lançou o Programa Academia da Saúde que apresenta como seus objetivos a consolidação da promoção da saúde, autonomia da população com a produção do cuidado e de modos de vida saudáveis, promovendo o aumento das práticas corporais e atividade física (SÁ et al., 2016). As atividades desenvolvidas devem respeitar a cultura local e serem adaptadas aos locais onde forem inseridos os polos, com infraestrutura e profissionais qualificados tendo em vista sempre a integralidade e a intersetorialidade no cuidado à população.

Para além das políticas nacionais apresentadas, o Ministério da Saúde apoia e financia outras propostas de implantação de programas de atividade física comunitários e entre as iniciativas de promoção de um estilo de vida ativo à população destacam-se na literatura o Academia da Cidade de Recife, Curitiba Ativa em Curitiba, Academia da Cidade de Aracajú, e o Floripa Ativa em Florianópolis. Os programas citados anteriormente, representam iniciativas locais, dos municípios já mencionados, assim como o programa que é o objeto de estudo desse trabalho, que trata-se de uma iniciativa da prefeitura juntamente com a SMED que é realizado somente em Pelotas. A seguir serão abordadas as políticas públicas de esporte, lazer e atividade física desenvolvidas no município de Pelotas.

2.2 Políticas Públicas de Esporte e lazer e de Atividade Física na cidade de Pelotas

No plano de governo 2017/2020 do município de Pelotas estão previstos diversos projetos e são eles: PVA; Jogos Abertos de Pelotas; Jogos Escolares de Pelotas; Sacada Cidadã; Projeto Atletismo Pelotas; Brincando na Escola; Jogos de Verão; Go Skate; Quem Luta Não Briga, entre outros. As ações envolvendo práticas de lazer, esportivas e de promoção de atividade física são de responsabilidade da SMED. Através do contato com gestores dessa secretária, eles referenciam dois programas principais, anteriormente a realização do PVA, que são: PELC e Programa Segundo Tempo.

A primeira participação do município de Pelotas com Programas do PELC aconteceu em 2007 e tinha como denominação “PELC - Todas as Idades”, que teve seu funcionamento durante 12 meses, pelo período de 2008 a 2009. Nessa primeira versão do PELC, a meta de atendimentos, conforme o plano de trabalho estabelecido, era contemplar 600 pessoas de todas as faixas etárias. Porém, ao término do programa contabilizavam-se 1.164 pessoas atendidas (MAINO, 2011).

Posteriormente o programa foi nomeado como “PELC - Núcleos de Vida Saudável”, iniciou em julho de 2009 e tinha como meta atender 200 pessoas. Porém, diferente do anterior a sua especificidade era no atendimento de pessoas adultas a partir de 45 anos. Segundo Maino (2011) ao final do período de duração, foram registrados mais de 800 pessoas contempladas pelos atendimentos.

O município de Pelotas recebeu recursos da esfera federal durante 3 anos para a realização do PELC, que teve sua primeira versão no ano de 2008 e a última no ano de 2011. Com a finalização das atividades financiadas pelo governo federal, visto que durante os 3 anos de projeto, a aderência com as iniciativas por parte da população, sempre alcançou as metas almejadas, fez com que os cidadãos segundo Berni e Quevedo (2017) se mobilizassem ao término do PELC, pedindo para que fosse dada continuidade as atividades desenvolvidas. Essa mobilização resultou na Lei Municipal 5.789, de 25 de abril de 2011, que garantiu a continuidade, a partir da contratação de servidores para atuarem no programa, durante 12 meses, financiados nesse momento pela prefeitura municipal de Pelotas.

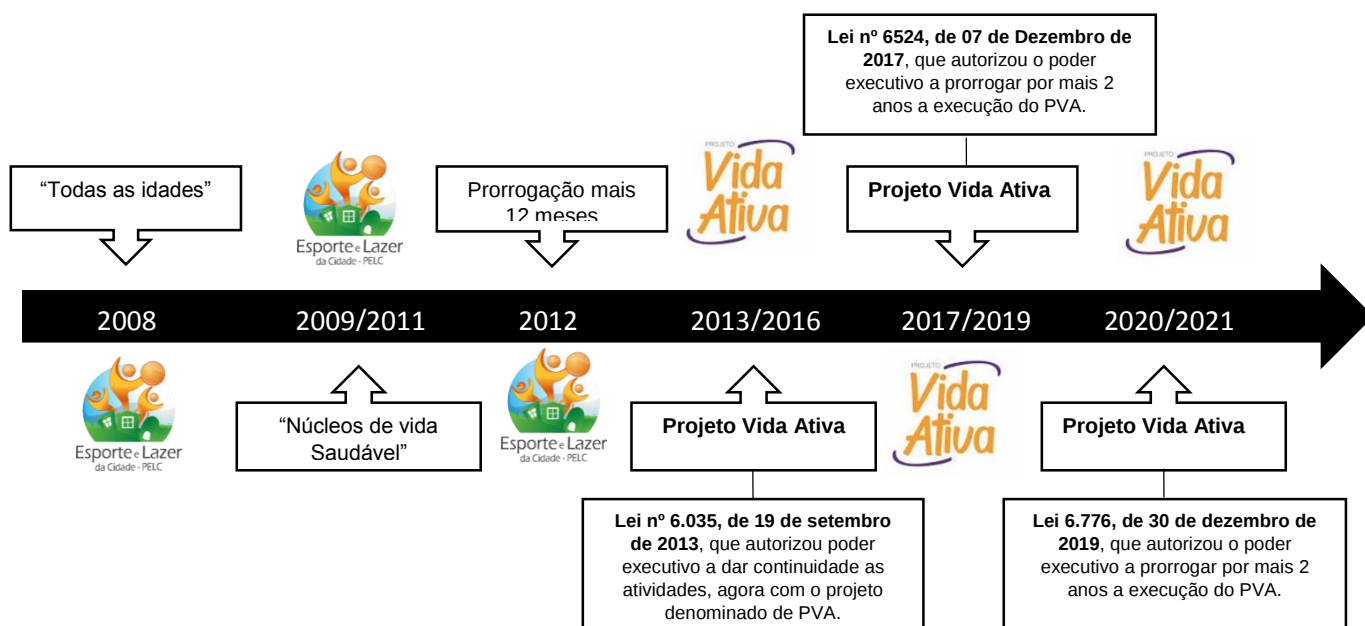
No ano de 2012, a Lei Municipal 5.938, de 05 de julho de 2012 garantiu que as atividades fossem prorrogadas por mais um ano, agora com a atuação da SMED. No ano de 2013, com o PELC já extinto, pois não havia mais incentivos da esfera federal, a prefeitura do município deu continuidade as atividades, denominando o antigo PELC, de Projeto Vida Ativa, conforme a Lei Municipal nº 6.035 de 19 de setembro de 2013.

2.2.1. Projeto Vida Ativa Pelotas

O PVA é uma política de governo, financiado e executado exclusivamente pela prefeitura municipal de Pelotas, através da SMED. A iniciativa surgiu após o município ter recebido recursos para desenvolver atividades através do PELC, programa de âmbito federal, já citado anteriormente.

Após a aprovação em 2013 da Lei nº 6.035, de 19 de setembro de 2013, que autorizou o poder executivo a dar continuidade as atividades, agora com o projeto denominado de PVA, com contratação pelo período de dois anos, sob responsabilidade da SMED. O PVA funcionou durante 3 anos com vigência dessa lei, até uma nova Lei nº 6524, de 07 de Dezembro de 2017 que autorizou o poder executivo a prorrogar por mais 2 anos a execução do PVA e a contratar nas funções de agente e de coordenador para atuação no projeto, na forma de contrato administrativo, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público. Verifica-se que o município de Pelotas está mantendo uma política de governo há 7 anos e com prorrogação para os anos de 2020/2021 aprovada, via Lei 6.776, de 30 de dezembro de 2019, que autorizou o poder executivo a prorrogar por mais 2 anos a execução do PVA conforme podemos observar na figura a seguir:

Figura 2. Linha temporal PVA.



Fonte: Elaborado pela autora.

O PVA tem o objetivo de "socializar e fomentar a prática de hábitos de atividades físicas saudáveis principalmente na população de baixa renda" (BERNI & QUEVEDO,

2017). O Programa investe em modalidades que a comunidade apontar como demanda, atendendo todas as idades (crianças, adolescentes, adultos e idosos).

A principal publicação disponível sobre o PVA é o livro “*Projeto Vida Ativa: Pelotas em movimento*” de Berni e Quevedo (2017). Nesse documento as autoras elencam as seguintes prioridades do PVA:

Estimular a prática de atividade física semanal buscando uma comunidade mais consciente; Envolver os jovens em atividades no turno inverso ao da escola para retirá-los das ruas; Oportunizar aos idosos e pessoas com deficiência a melhoria na sociabilidade; Incentivar a inclusão social da cidade como um todo; Contribuir para a saúde física, mental e social da população; Desenvolver práticas inclusivas para pessoas com deficiência; Promover atividades que contribuam para redução da taxa de doenças e de níveis de sedentarismo na população a partir da realização de exercícios físicos contínuos; Executar atividades educativas, recreativas e sociais através de eventos nas comunidades; Fomentar o esporte nas comunidades; Identificar novos talentos no esporte, oportunizando a participação em competições nacionais e internacionais (BERNI & QUEVEDO, 2017, p.7).

Já as políticas e estratégias tratados no livro de Berni e Quevedo (2017) destacam a mobilização da população dos bairros para dentro dos núcleos, onde são ofertadas de forma gratuita as diferentes práticas. As autoras também ressaltam o estímulo dado à comunidade através dos agentes, para que a comunidade participe dos eventos, fazendo com que haja redução dos gastos com saúde curativa, visto que a longo prazo tem-se um custo-benefício menor com a saúde preventiva. Outra estratégia que Berni e Quevedo (2017) apontam, é a de promover atividades inclusivas e fazer com que as práticas desenvolvidas sejam medidas preventivas antidrogas e criminalidade. Por fim e como eixos norteadores do programa as autoras citam a valorização da prática e do profissional de educação física.

O capital financeiro para pagamento de recursos humanos e para a compra de materiais são provindos de recursos próprios do município e a seleção dos profissionais que trabalham no projeto, ocorre via seleção pública simplificada para admissão em contrato administrativo para as funções de agente e coordenador.

Para a função de agente, atuantes no período de 2017 a 2019, foram oferecidas 28 vagas, mais o cadastro reserva. Como pré-requisitos o candidato deveria ter ensino médio completo e experiência comprovada em atividades sociais, esportivas e de lazer. Não sendo obrigado possuir graduação em Educação Física. A carga horária de trabalho é de

36 horas semanais e remuneração de R\$ 1.069,71. Para coordenador, segundo o Edital de divulgação foram ofertadas 5 vagas, mais cadastro reserva. Diferente do cargo de agente, o candidato deveria ter ensino superior completo em Educação Física, tanto licenciatura quanto bacharelado e experiência comprovada em atividades sociais, esportivas e de lazer. A carga horária dos coordenadores é de 40 horas semanais e a remuneração aproximadamente R\$ 1.543,48. Em contato com a SMED, para além desses coordenadores de núcleo que foram selecionados via seleção simplificada, o projeto também conta com três coordenadores gerais, totalizando 8 coordenadores no PVA.

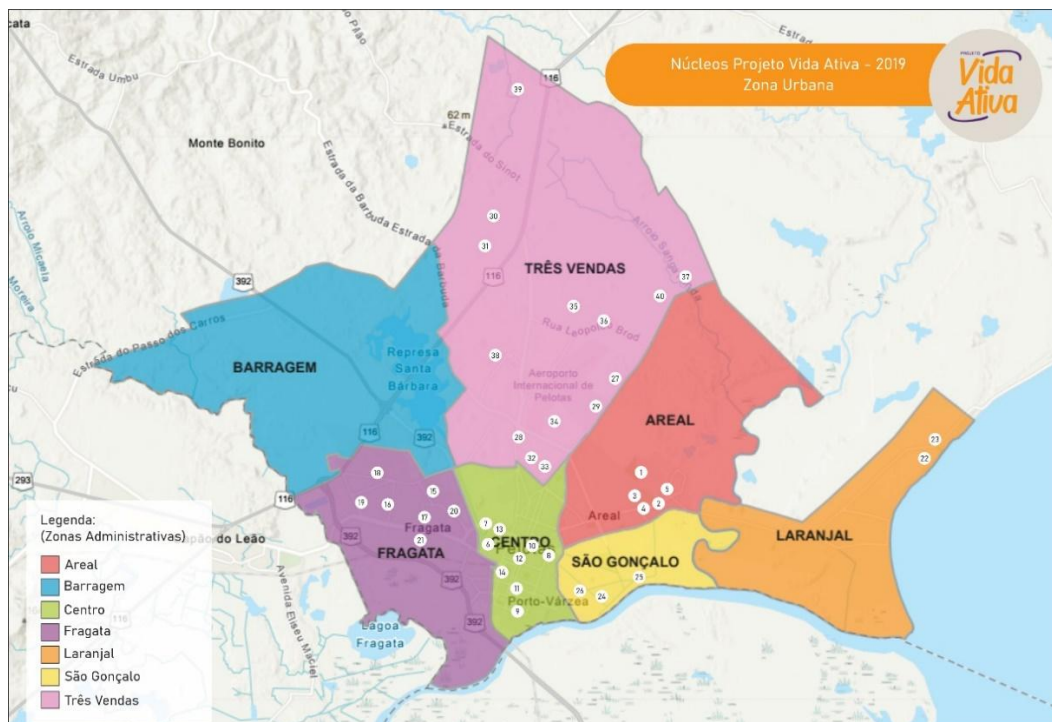
2.2.2. Núcleos do PVA

No PVA, os espaços onde são realizadas as atividades são denominados de núcleos. A quantidade exata varia, mas segundo informações da SMED e do panorama de atividades, totalizavam em 2019, 58 núcleos espalhados por diferentes localidades e em um núcleo acontecem diversas turmas com diferentes atividades.

De acordo com o plano vigente do município de Pelotas a área urbana está dividida em 7 regiões administrativas urbanas e 9 rurais (distritos). As regiões administrativas são: Areal e Laranjal (zona leste); Barragem e Fragata (zona oeste); São Gonçalo (zona sul); Três vendas (zona norte) e Centro. Já a Zona rural do município está dividida em 9 Distritos e são eles: 1º distrito- Sede ou Área Urbana; 2º distrito- Colônia Z3; 3º distrito- Cerrito Alegre; 4º distrito- Triunfo; 5º distrito- Cascata; 6º distrito- Santa Silvana; 7º distrito- Quilombo; 8º distrito- Rincão da Cruz; 9º distrito- Monte Bonito.

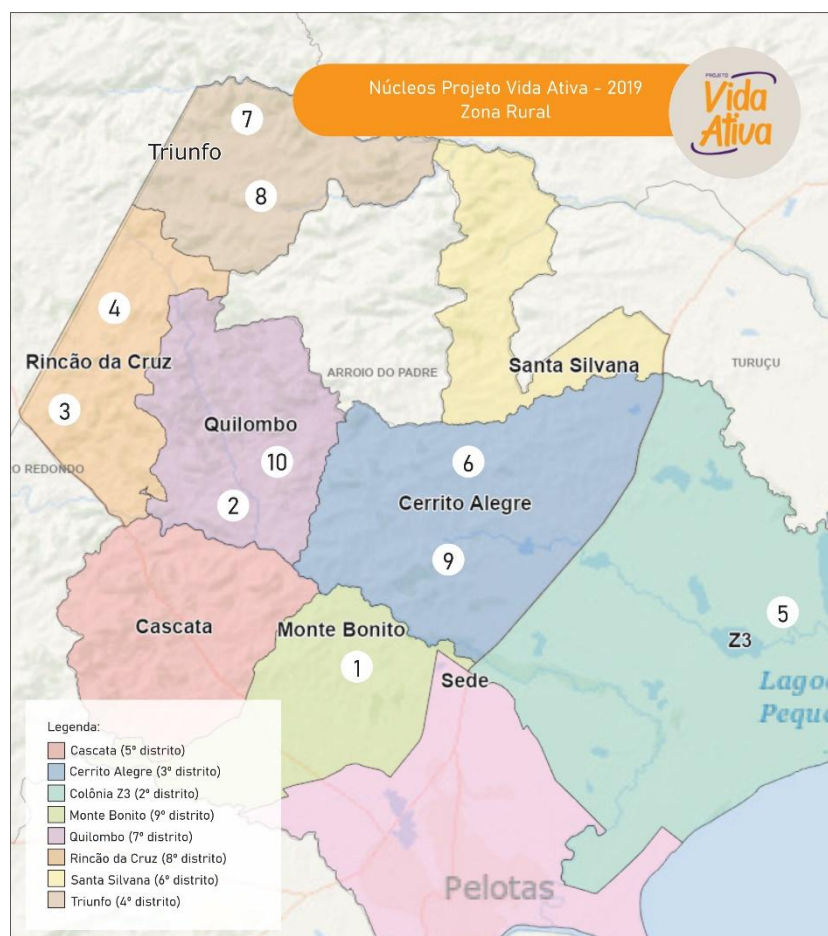
O PVA 2019 estava presente em todos os bairros e distritos do município. Os núcleos constituem-se de salões, praças, clubes sociais, quadras, salões paroquiais, associações de bairro, clubes esportivos, os quais são emprestados ou cedidos para o desenvolvimento das práticas, fazendo com que a prefeitura não tenha custos com aluguéis.

Figura 3. Núcleos PVA Zona Urbana – 2019



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 4. Núcleos PVA Zona Rural - 2019



Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com Berni e Quevedo (2017) geralmente o local da prática é proposto pela comunidade ou alguma instituição que busca a parceria com o PVA. Os envolvidos têm livre acesso à SMED para dialogar com a coordenação sobre qualquer assunto referente ao programa e sobre as atividades realizadas nos núcleos.

Em 2017, o núcleo Ginásio Municipal de Educação Professor Orocindo Azevedo “Karosso”, foi inaugurado pela prefeitura de Pelotas, ele fica localizado no Centro e atualmente é considerado o maior núcleo do PVA, através do contato com a SMED, eles relatam que diariamente, centenas de crianças, jovens, adultos e idosos passam por pelo núcleo, o que para eles faz dele uma referência do PVA e de vida saudável.

2.2.3. Atividades do PVA

As atividades do PVA são classificadas segundo Berni e Quevedo (2017) em sistemáticas e assistemáticas. As sistemáticas, são as diferentes práticas e atividades, bem como os esportes que ocorrem de segunda a sexta nos núcleos e as assistemáticas acontecem através de eventos sociais e recreativos nos finais de semana e feriados, geralmente em locais abertos como praças e parques.

As atividades realizadas no ano de 2019 do PVA, de acordo com a SMED, incluíram diferentes práticas, bem como ginástica, caminhada orientada, musculação, treinamento funcional e dança. Além dessas atividades, também são realizadas modalidades esportivas como ginástica artística, taekwondo, futebol, futsal, boxe, handebol, câmbio, voleibol, atletismo.

Além das atividades e modalidades esportivas apresentadas, a SMED juntamente com o PVA no ano de 2019 ofereceu iniciação esportiva para crianças acima do peso, através do projeto Gurizada vida ativa que proporciona aulas de iniciação esportiva para crianças acima do peso, com idade entre 8 e 14 anos. Foi ofertado também à população com deficiências aulas de educação física com as atividades e modalidades esportivas adaptadas.

A seguir, no quadro 1, apresentaremos a quantidade de núcleos por bairros e as atividades desenvolvidas neles, segundo a última panorâmica feita e disponibilizada pela SMED no ano de 2019:

Quadro 1. Núcleos e atividades PVA 2019

BAIRRO AREAL – 6 NÚCLEOS
ATIVIDADES
Ritmos, ginástica, funcional kids, futsal, dança, taekwondo, atletismo, para-atletismo, iniciação esportiva e educação física para pessoas com deficiências.
BAIRRO CENTRO – 9 NÚCLEOS
ATIVIDADES
Ginástica, ginástica laboral, funcional kids, câmbio, caminhada orientada, treinamento funcional para adultos, dança, futsal, taekwondo, boxe, handebol, iniciação esportiva.
BAIRRO FRAGATA – 7 NÚCLEOS
ATIVIDADES
Ritmos, ginástica, futebol e atletismo.
BAIRRO SÃO GONÇALO – 4 NÚCLEOS
ATIVIDADES
Ginástica e futebol.
BAIRRO LARANJAL – 2 NÚCLEOS
Ginástica e atletismo.
TRÊS VENDAS – 9 NÚCLEOS
ATIVIDADES
Futebol, musculação, ritmos, ginástica artística, ginástica.
DISTRITOS – 14 NÚCLEOS
ATIVIDADE
Ginástica, esportes, ritmos, ginástica, dança e atletismo.

Fonte: SMED.

O bairro Centro conta com o maior núcleo do PVA, já citando anteriormente, o ginásio municipal conhecido como “Karosso”. Além dessas atividades, desenvolveu-se nesse espaço, como parte do PVA, o projeto de Vôlei chamado “Sacada Cidadã” que também é destinado a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

No bairro Pestano que é uma das subdivisões do bairro Três Vendas, aconteceu juntamente ao PVA, o Programa Forças no Esporte (PROFESP) que é uma das vertentes do Programa Segundo Tempo do governo federal.

As atividades do PVA, buscam atender a todas faixas etárias já mencionadas anteriormente e essas atividades, acontecem de segunda a sexta, nos turnos da manhã, tarde e noite, mediada pelos coordenadores gerais e de núcleo e realizadas pelos agentes contratados na seleção pública.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Descrever o processo de implantação dos núcleos do Projeto Vida Ativa no município de Pelotas com ênfase nos aspectos de estrutura e estabelecimento das atividades no ano de 2019 a partir do olhar de seus coordenadores.

3.2 Objetivos Específicos

- A) Caracterizar as metodologias e as estratégias de trabalho nos núcleos do PVA 2019.
- B) Compreender a definição e implementação das atividades dos núcleos, bem como a alocação dos recursos existentes a partir do relato dos coordenadores do PVA.
- C) Identificar as principais potencialidades do PVA, bem como seus principais desafios de continuidade.

4.JUSTIFICATIVA

Nota-se historicamente um distanciamento entre a Universidade e sua produção do conhecimento com as políticas públicas. A partir desse estranhamento e acreditando na relevância científica e social de se investigar temáticas referentes a programas, projetos e políticas públicas, atentando-se para os problemas sociais e para alternativas que visam à qualidade de vida da população, faz-se necessário compreender como as políticas estão sendo pensadas e como esses projetos que atuam em perspectivas de promoção da saúde por meio do aumento de atividades físicas e esportivas estão se estruturando.

A pesquisa qualitativa busca analisar o papel das representações, das crenças, das emoções e das relações. Para Minayo (2011) a razão principal desse tipo de investigação se fundamenta na certeza de que os valores, as injunções políticas e as relações humanas influenciam na realização das políticas, programas e projetos. Sendo assim, pesquisas acadêmicas que investiguem as iniciativas criadas pelos governos, entendimento e descrição desses processos, são uma importante ferramenta para fazer aproximações, levantamento de questões e problemas. Tornam-se fundamentais para compreender e conhecer de forma profunda os aspectos que permeiam essas ações e não somente quantificar, analisar o efeito, impacto ou resultados que estas têm sobre seus participantes e sociedade.

A partir disso e de acordo com as características do PVA, principalmente sobre sua amplitude de ações e de grupos populacionais, um estudo com foco em efeitos, impacto e resultados ainda apresentaria uma série de limitações. Por outro lado, compreender

aspectos essenciais dessa política pública, como sua estrutura e processo de implantação, podem fornecer um importante panorama sobre os potenciais resultados para a população, bem como oportunidades para adequações e futuros avanços dessa política de governo, visto que o PVA vislumbra uma consolidação e permanência independente de mudanças governamentais.

Consideramos que a análise das ações desenvolvidas na cidade de Pelotas/RS pode colaborar com a reflexão sobre seu papel social, político e econômico, bem como dar um retorno para os participantes, para os gestores e para a sociedade como um todo. Destaca-se também a importância da produção do conhecimento acadêmico sobre ações concretas e a investigação de políticas locais, visto a relativa escassez de estudos atuais em cidades de pequeno ou médio porte.

Para além destes aspectos, também verifica-se que a cidade de Pelotas está mantendo uma política de governo há seis anos e com prorrogação para os anos de 2020/2021 aprovada. No livro *“Projeto Vida Ativa: Pelotas em movimento”*, escrito por Berni e Quevedo (2017), as autoras destacam a participação da comunidade em todo esse processo e sua relevância para a manutenção das atividades. Nesse cenário, é importante entender o papel da gestão do PVA, de seus coordenadores, como que é feito os processos de planejamento para execução das atividades e como elas se estruturam nos diferentes bairros a partir dos recursos disponíveis, como que a comunidade contribui para o andamento do projeto e quem são as pessoas envolvidas nesse processo.

5. METODOLOGIA

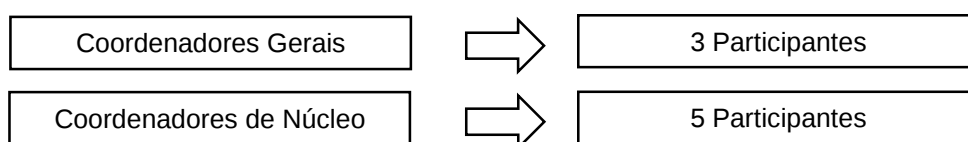
5.1 Percurso Metodológico

A pesquisa terá uma abordagem qualitativa das informações, que acontece quando a preocupação do pesquisador não é a de quantificar as informações apresentadas, mas sim a de trabalhar com a realidade, preocupando-se com as questões sociais como crenças, valores e atitudes de grupos sociais, construídos e vivenciados pelos homens, durante suas existências passadas e presentes (MINAYO, 2011). Além disso, o presente estudo apresentará um forte componente descritivo, que, segundo Gil (2008), se estabelece ao descrever as características de determinadas populações ou fenômenos. A abordagem descritiva se adéqua a este estudo, por sua característica de oportunizar a observação, registro, análise e descrição do fenômeno (MATTOS et al., 2017).

5.2 Participantes da Pesquisa

O estudo será realizado na cidade de Pelotas-RS, com os 3 coordenadores gerais e 5 coordenadores de núcleo, com atuação na SMED no ano de 2019 no PVA, totalizando 8 participantes.

Figura 4. Organograma População do estudo



5.3 Instrumentos para coleta de informações

5.3.1. Entrevistas

As entrevistas serão o principal instrumento de produção de dados para compor o corpus da pesquisa. Nesse estudo será utilizada a entrevista do tipo semiestruturada que para Triviños (1995) é um instrumento que parte de questionamentos, mas permite ao informante manter a linha de seu pensamento de modo espontâneo, sem perder o foco principal do seu estudo. Para Triviños (1995), as questões da entrevista semiestruturada são resultados de um somar entre a teoria e demais informações recrutadas sobre o fenômeno que o investigador optou por estudar.

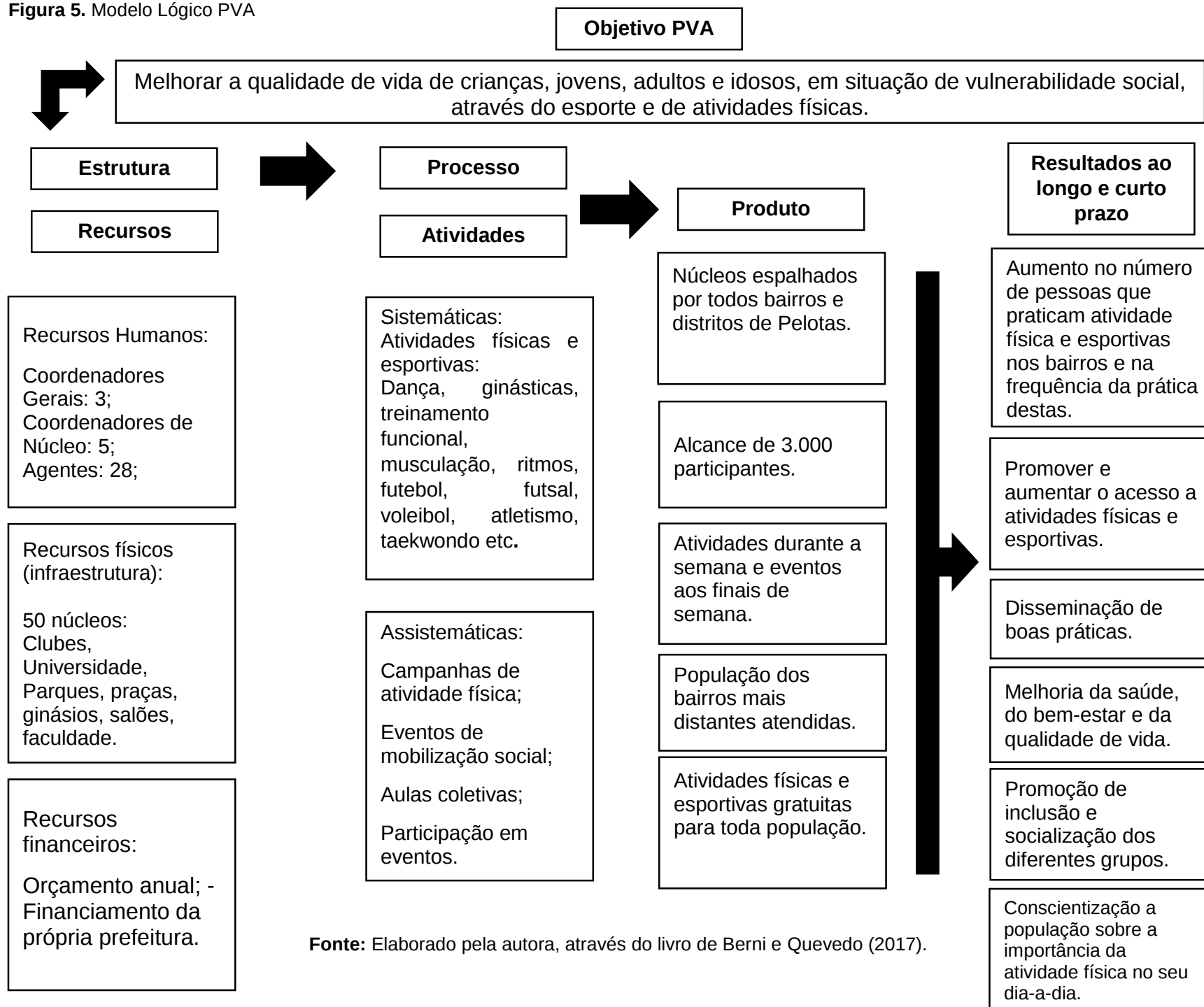
De acordo com cenário atual de enfrentamento da pandemia Covid19, as entrevistas irão ocorrer com a utilização da internet, através do aplicativo Zoom, respeitando as normas de distanciamento social vigentes. Cabe destacar que a entrevista poderá ser interrompida a qualquer momento, em caso de algum desconforto por parte do participante.

As entrevistas semiestruturadas serão realizadas com os coordenadores gerais e coordenadores de núcleo, de forma individual e em dias diferentes, totalizando 8 entrevistas. O roteiro das entrevistas com os coordenadores gerais do PVA e com os coordenadores de núcleo são apresentados no Apêndice B e C, respectivamente.

Todas as entrevistas serão gravadas em áudio e vídeo, com recurso do próprio aplicativo Zoom e também do aparelho celular a partir do prévio consentimento dos participantes e preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), apresentado no Apêndice A. Posteriormente, as entrevistas serão transcritas e inseridas no Microsoft Word e logo após entregues para leitura e validação do conteúdo para os entrevistados, o procedimento visa garantir o máximo a fidedignidade ao estudo proposto.

No presente estudo, devido as características do PVA, principalmente relacionadas a amplitude de ações e larga dimensão dos usuários, utilizamos os indicadores quantitativos presentes na propostas de Donabedian (1980), de estrutura e processo para a estruturação de um modelo lógico do PVA, baseado no livro de Berni e Quevedo (2017) e a partir desse modelo, estabelecemos as possibilidades de descrição, aspectos metodológicos para efetivação do estudo e orientação para a construção do roteiro das entrevistas. A seguir o modelo lógico do PVA:

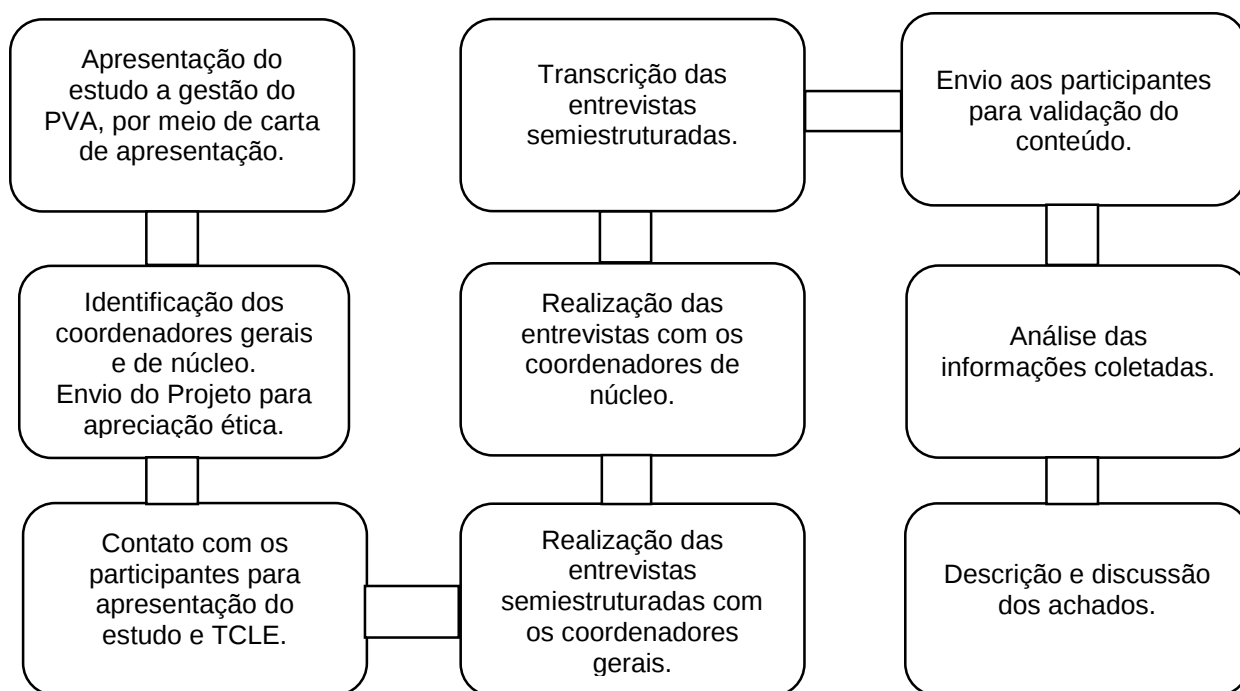
Figura 5. Modelo Lógico PVA



5.3.2 Logística das entrevistas

Em outubro de 2019 foi feito contato com a SMED, especificamente com a gestão do PVA para apresentação do estudo e entrega de uma carta, contendo os objetivos da referida pesquisa. A partir desse contato, foi feito a identificação dos coordenadores gerais e de núcleo. A próxima etapa será o envio do projeto para apreciação do comitê de ética, posteriormente a aprovação, será feito contato e apresentação do TCLE com os participantes já identificados para as realizações das entrevistas. Após as entrevistas, o material coletado será transcrito e enviado aos participantes para validação do conteúdo produzido. Posteriormente a validação dos dados coletados, será feita a análise dessas informações, descrição e discussão dos achados.

Figura 6. Organograma dos procedimentos metodológicos das entrevistas



5.4 Diário de Campo

Será utilizado um diário de campo, onde a cada visita, contato com a SMED e a cada fim de entrevista, serão registrados todas informações que o pesquisador responsável considerar importante. A utilização do diário de campo é importante para auxiliar significativamente no produto final do estudo e facilitar a etapa de análise dos dados, devido ao registro de diversos detalhes, muitas vezes não captados pelos instrumentos escolhidos.

Segundo Triviños (1995) o diário de campo é um documento em que o pesquisador registra todas as informações que perpassam o processo de desenvolvimento do estudo,

no mesmo devem ser anotados os processos reflexivos, as dúvidas, os sentimentos e impressões referentes ao procedimento de investigação.

5.5 Análise dos dados

Durante a realização da pesquisa os dados (diário de campo, gravações, informações cadastrais e consentimentos) ficarão sob a confiança da pesquisadora responsável para poder realizar a análise e comparação entre eles. Após, os mesmos serão arquivados em caixa lacrados por cinco anos, para que se assegure a validade do estudo. Serão armazenados na secretaria do Programa de Pós-graduação em Educação física-UFPeL.

As entrevistas semiestruturadas serão transcritas, com auxílio do VoiceNote II, e inseridas no software Microsoft Office Word 2010, assim como os diários de campo, com o intuito de otimizar o processo na fase de organização, tornando a fase de exploração do material e tratamento dos dados mais operacional, sistemática e efetiva.

Para o tratamento dos dados será utilizada a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011). A utilização da análise de conteúdo prevê três fases fundamentais e são elas segundo Bardin (2011): pré-análise (organização), exploração do material (codificação e categorização) e tratamento dos resultados (a inferência e a interpretação).

6. ASPÉCTOS ÉTICOS

Quanto aos cuidados éticos, o presente projeto de dissertação será encaminhado para o Comitê de Ética em Pesquisas da ESEF-UFPeL.

De acordo com cenário atual de enfrentamento da pandemia Covid19, as entrevistas irão ocorrer através da internet, mediante agendamento e com a utilização do aplicativo Zoom, respeitando as normas de distanciamento social vigentes. As entrevistas serão gravadas em áudio e vídeo de acordo com concordância previamente estabelecida e os resultados individuais serão mantidos em anonimato e somente serão usadas para fins de pesquisa. Cabe destacar que a entrevista poderá ser interrompida a qualquer momento, em caso de algum desconforto por parte do participante.

6.1 Termo de consentimento Livre e Esclarecido

Todos os entrevistados serão esclarecidos previamente sobre o estudo e apenas participarão da pesquisa após a assinatura de um TCLE (Apêndice A), onde será garantido aos participantes o anonimato das informações fornecidas.

6.2 Análises crítica dos riscos e benefícios

6.2.1. Riscos

Com relação à possibilidade de riscos decorrentes dessa pesquisa, estes são mínimos, podendo causar certo constrangimento aos sujeitos em relação a alguma pergunta incluída na entrevista. Caso ocorra algum desconforto visível ou incômodos que gerem problemas, será dada assistência integral aos participantes e estes serão encaminhados ao serviço de saúde mais próximo da rede de saúde do município. Além disso, em qualquer momento os participantes poderão deixar de responder alguma pergunta ou até mesmo cessar o processo no momento em que desejarem.

6.2.2. Benefícios

A pesquisa visa contribuir com a produção de conhecimento sobre o PVA no ano de 2019, buscando avaliar como se dá o processo de estruturação e estabelecimento das atividades nos diferentes núcleos do município de Pelotas. Com o intuito de dar um retorno para os sujeitos envolvidos e aproximar a ESEF-UFPel das iniciativas da prefeitura e também da SMED, uma vez que o PVA é um projeto público onde professores e profissionais de Educação Física podem atuar.

6.3 Explicitação das responsabilidades dos pesquisadores

A pesquisadora responsabiliza-se por todos os procedimentos envolvidos na pesquisa. Dando assistência integral aos participantes, mantendo compromisso com o anonimato, bem como assumindo a responsabilidade com o cumprimento integral da resolução 466/12 que rege as pesquisas com seres humanos. O estudo só terá início mediante submissão e aprovação nos comitês reguladores Plataforma Brasil e Comitê de ética da UFPel.

6.4 Explicitação de critérios para suspender ou encerrar a pesquisa

A suspensão da pesquisa acontecerá frente à recusa da participação dos coordenadores. Cada entrevistado poderá comunicar à pesquisadora verbalmente, sua não

concordância com a realização da pesquisa, ou a partir do momento que os dados se tornarem repetitivos.

6.5 Declaração de que os resultados da pesquisa serão tornados públicos

Ao término deste estudo, será entregue um relatório para a gestão do PVA, serão divulgados os resultados da pesquisa através de artigos publicados em revistas e participações em eventos na forma de comunicação oral. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados produzidos exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Declaro, ainda, que não há conflitos de interesses entre a pesquisadora e os participantes da pesquisa. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto em questão.

6.6 Declaração sobre o uso e destinação do material e / ou dados produzidos

Declaro que durante a realização da pesquisa os dados (diário de campo, gravações, informações cadastrais e consentimentos) ficarão sob a confiança da pesquisadora responsável para poder realizar a análise e comparação entre eles. Após, os mesmos serão arquivados em caixa lacradas por cinco anos, para que se assegure a validade do estudo. Pretende-se finalizar a pesquisa até o mês de julho de 2021. Os resultados serão divulgados em eventos, publicação em periódicos científicos, nas secretarias do município de Pelotas, onde será deixada uma cópia do trabalho para leitura.

7. FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da UFPel – Programa PIB-M/D. O detalhamento da previsão orçamentária é apresentado no Quadro 2.

Quadro 2. Previsão Orçamentária

Materiais	Valor	Total
Licença Zoom	R\$ 172,00	
Computador	R\$ 1200,00	
Livros	R\$ 250,00	
		R\$ 1622,00

8. CRONOGRAMA

Quadro 3. Cronograma da Construção da Dissertação

Construção da Dissertação	2020												2021							
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A
Revisão de literatura	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Construção do Projeto	X	X	X	X	X															
Agendamento qualificação					X															
Envio Projeto para banca					X															
Qualificação						X														
Ajustes sugeridos p/ banca						X														
Submissão ao comitê							X													
Coleta das informações								X	X	X										
Análise das informações											X	X	X							
Redação relatório campo												X	X	X						
Redação Artigo															X	X	X	X		
Defesa Dissertação																			X	
Ajustes sugeridos banca																				X

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fabio. Et al. Modelo RE-AIM: Tradução e adaptação cultural para o Brasil. **Rev. Fam. Ciclos Vida Saúde Contexto Soc.** (Online). 2013;1(1):6-16.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BERNI, katia; QUEVEDO, Larissa. **Projeto Vida Ativa**: Pelotas em movimento. E-book, Amazon.Pelotas, 2017. 48p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde; 2006.

_____. Ministério da Saúde. Portaria nº. 154 de 24 de janeiro de 2008. Cria os Núcleos de Apoio à Saúde da Família – NASF. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt0154_24_01_2008.html. Acesso em: 29 jul. 2020.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. Guia metodológico de avaliação e definição de indicadores: doenças crônicas não transmissíveis e Rede Carmem. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. 233 p.

_____. Ministério da Saúde. **Secretaria de Atenção à Saúde**. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília, DF: MS; 2012.

_____. Ministério da Saúde. **Secretaria de Vigilância Sanitária em Saúde**. Departamento de Análise de Situação em Saúde. Avaliação de efetividade de programas de educação física no Brasil [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância Sanitária em Saúde. Departamento de Análise de Situação em Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

_____. Portaria nº 2681, de 7 de novembro de 2013. Redefine o Programa Academia da Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União 2013**; 8 nov.

_____. Portaria nº 2684, de 8 de novembro de 2013. Redefine as regras e os critérios referentes aos incentivos financeiros de investimento para construção de polos e de custeio no âmbito do Programa Academia da Saúde e os critérios de similaridade entre Programas em Desenvolvimento no Distrito Federal ou no Município e o Programa Academia da Saúde. **Diário Oficial da União 2013**; 8 nov.

_____. Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional - Movimento é Vida: Atividades Físicas e Esportivas para Todas as Pessoas: 2017. – Brasília: PNUD, 2017. 392 p.: il., gráfs. Color.

_____. Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). Anexo I da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude.pdf>. Acesso em: 8 de mai. 2020.

_____. Ministério da Saúde. **Secretaria de Vigilância em Saúde**. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS: Anexo I da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

_____. Ministério da Saúde. **Secretaria de Vigilância em Saúde**. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde. Panorama nacional de implementação do Programa Academia da Saúde: monitoramento do Programa Academia da Saúde: ciclo 2017. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

_____. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Esporte. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/Portal/servicos> > Acesso em: 16 de Abril de 2020> Acesso em: 16 de Abr. 2020.

_____. Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). Secretária Especial do Esporte, 2017. Disponível em: <<http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/esporte-e-lazer-da-cidade/programa-esporte-e-lazer-da-cidade-pelc>> Acesso em: 18 de mar. 2020.

_____. Ministério da Cidadania. Secretária do Esporte. Disponível em: <<https://esporte.gov.br/servicos/programas/segundo-tempo/programa-segundo-tempo>> Acesso em: 15 de abr. 2020.

- BRASILEIRO, Maria. Et al. Do diagnóstico à ação: uma proposta de lazer ativo e envelhecimento. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**. V:16. Nº3. 2011.
- BROUSSELLE, Astrid et al. Avaliação em saúde conceitos e métodos. Rio de Janeiro: Editora; Fiocruz, 292p., 2011.
- CASPERSEN, CJ. Et al. M. Physical activity, exercise, and physical fitness: definitions and distinctions for health-related research. **Public Health Rep**, v. 100, 1985. p.126-131
- CONTANDRIOPOULOS, A; CHAMPAGNE, F; DENIS, J; PINEAULT, R. A avaliação na área da saúde: conceitos e métodos. In: Hartz ZMA (org). Avaliação em saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 1997. p. 29-48.
- CRUZ, DKA. Da promoção à prevenção: o processo de formulação da política nacional de promoção da saúde no período de 2003 a 2006 [dissertação]. Recife: **Fundação Oswaldo Cruz**; 2010.
- CUNHA, Carla. Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil. **Revista Estudos de Planejamento**. Edição n. 12, dez. 2018.
- DIAS, Maria. Et al. Política Nacional de Promoção da Saúde: um estudo de avaliabilidade em uma região de saúde no Brasil. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 103-114, Jan. 2018.
- DONABEDIAN, Avedis. The Quality of Medical Care. **Science** 200, 1978.
- DONABEDIAN, Avedis. Basic approaches to assessment: structure, process and outcome. In: Explorations in Quality Assessment and Monitoring (A. Donabedian), vol. I, pp. 77-125, Ann Arbor, Michigan: 1980. Health Administration Press.
- DONABEDIAN, Avedis. The seven pillars of quality. **Archives of Pathology Laboratory Medicine**, 1990.
- DONABEDIAN, Avedis. The role of outcomes in quality assessment and assurance. *QRB Qual Rev Bul*. 1992;18(11):356-60
- DYE, Thomas. Entendendo as Políticas Públicas. Englewood Cliffs, N.J.: **Prentice Hall**. 1984.
- FERREIRA, Marcos; NAJAR, Alberto. Programas e campanhas de promoção da atividade física. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, supl.p.207-219, dezembro de 2005.
- FERREIRA, Jovino. Et al.. Avaliação de projeto de promoção da saúde para adolescentes. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 47, n. 2, p. 257-265, Apr. 2013.
- FLORINDO, Alex. Núcleos de Apoio à Saúde da Família e a promoção das atividades físicas no Brasil: de onde viemos, onde estamos e para onde vamos. **Rev Bras Ativ Fís Saúde** 2012; 14(2):72-73.

GIANEZINI, Kelly. Et al. Políticas públicas: definições, processos e constructos no século XXI. **Revista de Políticas Públicas**. v. 21, n. 2 (2017). ISSN 2178-2865 (online).

GIL, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
GLOBAL ACTION PLAN ON PHYSICAL ACTIVITY 2018–2030: MORE ACTIVE PEOPLE FOR A HEALTHIER WORLD. Geneva: **World Health Organization**; 2018. Licence: CC BY-NC-SA 3.0 IGO

GODOY, Arilda. (1995). Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, 35(4), 65-71.

GUARDA, Flávio. Et al. Do diagnóstico à ação: Programa Se Bole Olinda: Estratégia intersetorial de promoção da saúde através da atividade física. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**. Volume 14, Número 3, 2009

KONRAD, Lisandra. Et al. Avaliação de programas de mudança de comportamento usando a ferramenta RE-AIM: um estudo de revisão sistemática. **Rev Bras Ativ Fís Saúde**. 2017;22(5):439-49

LEE, Rebecca. Et al. Aplicando o modelo RE-AIM para a promoção da atividade física em países de baixa e média renda. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 25, e2923, 2017.

LENZI, Tié. O que são Políticas Públicas? **Toda Política**. Disponível em: <<https://www.todapolitica.com/politicas-publicas/>> Acesso em: 16 de jan de 2020.

MAINO, Michele. Políticas Públicas de Lazer: estudo de caso do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) – Núcleos de Vida Saudável em Pelotas/RS. 2011. 63f. Monografia (Curso de Bacharelado em Turismo). **Universidade Federal de Pelotas**, Pelotas, 2011.

MAINO, Michele. Projeto Vida Ativa: uma política pública de lazer municipal em Pelotas-RS. 2014. 50f. Monografia (Curso de Especialização em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional). **Universidade Federal de Pelotas**, Pelotas, 2014.

MALTA, Deborah; SILVA, Júnior. O plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis no Brasil e a definição das metas globais para o enfrentamento dessas doenças até 2025: uma revisão. **Epidemiol Serv Saúde** 2013; 22(1):151-164.

MALTA, Deborah. Et al. Política Nacional de Promoção da Saúde, descrição da implementação do eixo atividade física e práticas corporais, 2006 a 2014. **Rev Bras Ativ Fis Saúde** 2014; 19(3):286-299.

MATTOS, Mauro. Et al. **Metodologia da pesquisa em educação física: construindo sua monografia, artigos e projetos**. 4. ed. São Paulo: Phorte, 2017.

MINAYO, Maria. Importância da Avaliação Qualitativa combinada com outras modalidades de Avaliação. *Sau. & Transf. Soc.*, ISSN 2178-7085, Florianópolis, v.1, n.3, p.02-11, 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Carta de Ottawa. In: Ministério da Saúde/FIOCRUZ. Promoção da Saúde: cartas de Ottawa, Adelaide, Sundsvall e Santa Fé de Bogotá. Brasília (DF): **Ministério da Saúde/IEC**; 1986. p. 11-18.

PELOTAS. Prefeitura Municipal de Pelotas. **Lei Municipal nº 5.789**, de 25 de abril de 2011. Disponível em :<http://www.pelotas.rs.gov.br/interesse_legislacao/leis/2012/lei5.789.pdf. Acesso em dez. 2014.> Acesso em:16 de Abril de 2020.

_____. Prefeitura Municipal de Pelotas. **Lei Municipal nº 5.938**, de 05 de julho de 2012. Disponível em:<http://www.pelotas.rs.gov.br/interesse_legislacao/leis/2012/lei5.938.pdf.> Acesso em: 16 de Abril de 2020.

_____. Prefeitura Municipal de Pelotas. **Lei Municipal nº 6.035**, de 19 de setembro de 2013. Disponível em:<http://www.pelotas.rs.gov.br/interesse_legislacao/leis/2013/LEI6035.pdf.> Acesso em: 16 de Abril de 2020.

TORTATO, Rauen. Desafios da avaliação em políticas de inovação no Brasil. Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). **Revista do Serviço Público** - RSP, v. 64, n. 4, p. 427-445. 2013.

PINTOS, Ana. Et al. O direito ao esporte e ao lazer no contexto da Política Nacional de Esporte. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 3, p. 38-52, 2016.

SÁ, Gisele. Et al. O Programa Academia da Saúde como estratégia de promoção da saúde e modos de vida saudáveis: cenário nacional de implementação. **Ciênc. saúde coletiva** [online]. 2016, vol.21, n.6, pp.1849-1860. ISSN 1413-8123.

SALLIS, James. Et al. Atividade física em ambientes urbanos em 14 cidades do mundo: um estudo transversal. **The lancet**. Volume 387, número 10034, P2207-2217, 28 DE MAIO DE 2016.

SCLIAR, M. História do conceito de saúde. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, 2007.

SILVA, Maria. Avaliação de Políticas e programas sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológico da pesquisa avaliativa. **Pesquisa GEAEP**, 2008.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p.20-45, jul./dez.2006.

TASSA, Khaled; LOVATO, Andreza. Políticas públicas voltadas ao esporte e lazer: alternativas para municípios de pequeno porte. **EFDeportes.com, Revista Digital**. Buenos Aires, Año 18, Nº 190, Marzo de 2014.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

WORLD HEALTH STATISTICS 2018: MONITORING HEALTH FOR THE SDGs, SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS. Geneva: **World Health Organization**; 2018. Licence: CC BY-NC-SA 3.0 IGO.

WORLD HEALTH ORGANIZATION 2018. Global action plan on physical activity 2018–2030: more active people for a healthier world. Geneva: **World Health Organization**; 2018. Licence: CC BY-NC-SA 3.0 IGO.

YIN, Robert. Case Study Research: design and methods. 5 ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2014.

2. RELATÓRIO DO TRABALHO DE CAMPO
(Dissertação de Mestrado Giulia Salaberry Leite)

Sumário Relatório de Campo

1. Introdução	54
2. Metodologia.....	54
3. Estudo Piloto.....	55
4. Coleta de Dados.....	56
5. Análise de dados	57
6. Experiência e Limitações com coletas On-line	58

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório tem como objetivo apontar a logística da coleta das informações deste estudo, realizado no município de Pelotas/RS, entre o segundo semestre de 2019 até o segundo semestre de 2020.

A primeira ação foi apresentar os objetivos do projeto à Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SMED), expondo-os e questionando se poderíamos proceder com o estudo, tendo o apoio e auxílio dos mesmos. A resposta foi positiva, e quando necessário a técnica superior de Educação Física da SMED auxiliou, fornecendo informações e documentos como: panorâmicas com os horários das atividades em 2019, levantamento de quem eram os coordenadores do Projeto Vida Ativa (PVA), listagem com telefones dos coordenadores e documentos referentes ao PVA.

Após esse primeiro encontro, da carta de apresentação do estudo e aceite por parte da SMED e de acordo com o Edital previsto para o ano de 2018/2019 publicado pela Prefeitura Municipal de Pelotas, ficou definida a população do estudo, sendo os três coordenadores gerais e cinco coordenadores de núcleo que atuaram em 2019 no PVA.

Posteriormente, o projeto de dissertação foi aprovado no processo de qualificação (em 02 de junho de 2020), e consideramos que este momento foi de grande partilha e aprendizado a partir das sugestões da banca. Foi possível a partir das alterações sugeridas pelos professores que participaram do processo de qualificação, melhorar nosso estudo e então, foi feito o envio do projeto para apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Escola Superior de Educação Física (ESEF) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). O mesmo foi aprovado, sob o protocolo 4.191.300.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo qualitativo, em que o objetivo da pesquisa foi descrever o processo de implantação dos núcleos e estabelecimento das múltiplas atividades ofertadas pelo PVA no ano de 2019. Compuseram a população desse estudo os coordenadores do PVA, sendo três coordenadores gerais e cinco coordenadores de núcleo. Foram selecionados todos os coordenadores gerais e de núcleo que atuaram no ano de 2019 para fazer parte da coleta de dados.

Para o agendamento das entrevistas com os coordenadores gerais e de núcleo, foi feito contato com a Técnica Superior de Educação Física da SMED conforme citado anteriormente e está deixou um funcionário da prefeitura designado a passar essas

informações com a listagem dos números de telefone celular e e-mails de todos os coordenadores.

Desde o início da execução do projeto de dissertação, quando foi feita a visita à SMED, juntamente com o orientador para apresentação do estudo, foi utilizado um diário de campo e nele foram apontadas algumas informações e reflexões, as quais enriqueceram a fase da coleta e dados, pois tudo e qualquer informação sentida, observada para além do estabelecido no roteiro foi registrado. De acordo com o momento de pandemia, esse diário de campo foi substituído por um caderno de notas, visto que a realização das entrevistas aconteceu de forma on-line e o projeto no momento da execução da pesquisa estava ocorrendo de forma remota, com aulas através do facebook “Desporto Pelotas”.

As entrevistas foram agendadas pelo WhatsApp e foram realizadas através do aplicativo Zoom. O contato foi feito com uma semana de antecedência para agendar o dia e o horário e um dia antes era enviado o link de acesso da sala para conexão. Foram utilizados dois roteiros de entrevista com funcionalidades semelhantes, ambos construídos pelos pesquisadores responsáveis, atendendo as necessidades do estudo, sendo um direcionado para os coordenadores gerais (APÊNDICE B) e o outro para os coordenadores de núcleo (APÊNDICE C).

Os roteiros das entrevistas coletaram informações referentes a identificação dos coordenadores, processo de contratação do PVA em 2019, ao cargo que ocupava em 2019, quanto ao PVA, processo de abertura de núcleos e estabelecimento das atividades em 2019, sobre os agentes, cobertura, alcance e financiamento.

3. ESTUDO PILOTO

No mês de agosto de 2020 foi realizado o estudo piloto, com o objetivo de treinar a pesquisadora responsável para as entrevistas, e também para identificar possíveis mudanças no roteiro final.

Para realização desse estudo piloto, foi escolhido o Projeto Sacada Cidadã, que oferece aulas de vôlei gratuitas e abertas à comunidade em geral. O projeto acontece dentro de um dos núcleos do PVA, no Ginásio Municipal da Educação Professor Orocindo Azevedo, conhecido como “Karosso” e este também tem coordenadores envolvidos e semelhanças com o PVA que é o foco desse estudo. O referido teste ocorreu do dia 26 de agosto de 2020, as 18 horas, pelo aplicativo Zoom, com o coordenador do Projeto Sacada

Cidadã. O roteiro foi adaptado, mas mantendo a mesma base de perguntas do roteiro oficial e formato da abordagem.

As percepções sobre o roteiro foram que ele apresentava uma sequência lógica, conforme a condução da entrevista com as perguntas fixas, o coordenador durante o seu relato foi contemplando as questões adicionais, sem que essas precisassem ser feitas. Cabe ressaltar que o roteiro foi adaptado para o Sacada Cidadã, mantendo todas as perguntas fixas e dentro das perguntas adicionais o próprio entrevistado já foi direcionando para especificidades do projeto que ele coordena. O tempo de duração da entrevista foi mais curto do que o esperado, em função das características de comunicação do respondente. Porém, isso não diminuiu a qualidade das respostas dadas pelo coordenador. Na parte de identificação que era o primeiro eixo do roteiro, a questão da idade que estava no roteiro do projeto piloto, foi retirada do roteiro oficial, por que a intenção nesse primeiro momento é que o coordenador se sentisse à vontade, se apresentasse, falando da sua formação, trajetória e vínculo com a Prefeitura Municipal de Pelotas

Deste modo, julgamos que realizar o estudo piloto foi muito importante, porque ao explorar o instrumento de modo prático, foi possível melhorar os roteiros e transmitir segurança para a pesquisadora conduzir as entrevistas subsequentes.

4. COLETA DE DADOS

Após a realização do estudo piloto, foram feitas as alterações que a pesquisadora responsável julgou pertinente no roteiro e no início de setembro começaram a ser agendadas através do WhatsApp as entrevistas com os coordenadores gerais e coordenadores de núcleo. As coletas de dados aconteceram em dias úteis e feriado, de forma individual, conforme a disponibilidade dos mesmos. A ideia inicial era entrevistar de dois a três coordenadores por semana, tendo início na segunda semana de setembro de 2020 e assim por diante, até o final do mês de outubro de 2020, porém, com o momento pandêmico de COVID-19 e também a fim de otimizar o processo de coleta dos dados, os coordenadores foram mostrando-se disponíveis, o que facilitou o agendamento e as entrevistas.

A coleta de dados aconteceu no período do dia 7 de setembro de 2020 até dia 16 de setembro de 2020, totalizando seis dias de coleta de dados e os horários escolhidos variaram, sendo a maioria no turno diurno e um horário no turno da noite, o qual se justifica devido as coletas acontecerem de forma on-line. Outro aspecto relevante da coleta de

dados registrada no diário de campo, foi que uma das entrevistas aconteceu em um feriado (07 de setembro de 2020). Quando foi feito o agendamento não tínhamos percebido a data e quando entramos em contato para ver a disponibilidade, o coordenador informou que não teria problema para realização, porque em função da pandemia de COVID-19 estaria em casa.

Para o bom andamento das entrevistas, não foi estipulado previamente o tempo de duração das entrevistas junto aos participantes, para que assim se sentissem a vontade e a pesquisadora responsável conseguisse abordar todas perguntas e alcançar os objetivos relacionados a elas. Na data agendada e horário estipulado, a pesquisadora responsável procurava sempre entrar com antecedência e enviar uma mensagem ao WhatsApp do entrevistado avisando que já estava na sala, para que assim, mediante a qualquer problema pudessem se comunicar.

A primeira etapa da entrevista foi a leitura do Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) (APÊNDICE A), antes de iniciar a leitura, a pesquisadora responsável avisava o participante que colocaria para gravar a sala e após leitura, se o participante estivesse de acordo, este deveria fazer a concordância verbal. Após manifestação positiva dos coordenadores era realizada a entrevista semiestruturada propriamente dita, conforme os roteiros já mencionados. No caderno de notas, foram incluídas inúmeras reflexões, e destacaremos aqui algumas das impressões iniciais sobre a coleta de dados:

- Facilidade de agendamento;
- Rapidez na coleta de dados;
- Aceite de todos os coordenadores gerais e de núcleo em participar da pesquisa;
- Receptividade dos coordenadores;
- Sete coordenadores ainda mantêm vínculo com a Prefeitura Municipal de Pelotas no PVA;
- Sete coordenadores são formados em Educação Física e um em Pedagogia;
- Os coordenadores gerais são concursados da Prefeitura Municipal de Pelotas;
- Os coordenadores de núcleo são selecionados através de concurso, porém, com contrato de dois anos.
- Um dos coordenadores estava afastado no período das coletas, porquê era pré-candidato a vereador.
- Demonstraram cuidado nas falas, não por estarem falando mal, mas para que não ficasse nada algum mal-entendido.

5. ANÁLISE DOS DADOS

O processo de transcrição foi realizado pela pesquisadora com auxílio do VoiceNote II, a partir dos seguintes passos: escuta, digitação automática, correção da digitação,

seguida de reflexões em tempo presente que eram anotadas ao lado para não serem perdidas ao longo do percurso e posteriormente cada arquivo de entrevista foi inserido no software Microsoft Office Word 2010.

As entrevistas tiveram duração de 50 minutos há 2 horas. Já as transcrições levaram de 3 horas há 9 horas. A percepção foi positiva no sentido de poder ter o vídeo e o áudio da entrevista gravados pelo aplicativo Zoom e quando necessário poder voltar as reações dos participantes. Ainda em processo de transcrição e com os achados das primeiras leituras, foi realizada a escrita de um resumo expandido para o XXII Encontro de Pós-Graduação da UFPel e um resumo para o IV Simpósio Sul Brasileiro de Atividade Física e Saúde, ambos apresentados no segundo semestre de 2020.

Com as entrevistas já transcritas e o material organizado, deu-se continuidade a fase de Pré-análise proposta por Bardin (2011), onde foi feita a leitura flutuante do material, para iniciar a constituição do corpus da pesquisa, respeitando os critérios de validade qualitativa propostos que são eles: a exaustividade (esgotamento da totalidade do texto), a homogeneidade (clara separação entre os temas a serem trabalhados), a exclusividade (um mesmo elemento só pode estar em apenas uma categoria), a objetividade (qualquer codificador consegue chegar aos mesmos resultados) e a adequação ou pertinência (adaptação aos objetivos do estudo).

Por último, foram elencados indicadores destacados no próprio texto, formando assim as unidades de análise. Logo depois, na etapa de exploração do material realizamos a ação de aproximar as unidades, levando em consideração semelhanças de sentido, formando as categorias de análise. Durante a etapa da exploração do material, a busca foi para delinear categorias, isto é, tratou-se de um processo de redução do texto às palavras e expressões significativas pertinentes para o pesquisador, de acordo com as falas dos participantes.

Após a etapa de exploração do material proposto por Bardin (2011) que compreende as técnicas de codificação e categorização, iniciou-se as inferências sobre o material e realização de interpretações, relacionando com diferentes referenciais teóricos.

6. EXPERIÊNCIA E LIMITAÇÕES COM ENTREVISTAS ON-LINE

Dentre as adversidades enfrentadas ao realizar este estudo, destaca-se a obrigatoriedade das entrevistas serem on-line, respeitando o momento de pandemia COVID19. Embora o consentimento verbal dos participantes em quererem participar do

estudo serem válidos, posteriormente foi encaminhado o TCLE para o preenchimento, e o que presencialmente na hora seria assinado e resolvido levou alguns dias para retorno. Outro ponto é a questão de aparecer em um vídeo, muitas pessoas não se sentem à vontade e nem confiantes para colaborar com a pesquisa nesse formato, mesmo aceitando, foi observado que alguns ficaram desconfortáveis. As conexões de internet também foram outro aspecto a se considerar, pois em alguns momentos a internet dos participantes oscilava e algumas interrupções aconteceram, visto que estão em suas casas e não em um ambiente ideal para se fazer as entrevistas.

A experiência com as entrevistas on-line foi muito agregadora, embora não tenha sido como planejado no primeiro momento, devido a pandemia COVID-19, os aprendizados foram relevantes em termos de rapidez e praticidade. Outro ponto importante é a questão dos custos com deslocamento, diminuído pelo fato das entrevistas serem realizadas de forma on-line. Para que o andamento da coleta de dados fluísse conforme planejado foi assinado o pacote da plataforma Zoom que comportava mais tempo de vídeo, visto que a versão gratuita não oferecia esse aporte. Outras questões foram levantadas: como estabelecer um bom diálogo através de um aplicativo on-line e primeiramente seria garantir uma boa conexão com a internet; escolher um bom local na casa para execução do roteiro de perguntas, para assim tentar diminuir o máximo de interferências; saber se portar diante da câmera passando confiança ao entrevistado e fazendo com que ele se sinta à vontade; utilizar um roteiro impresso e um checklist pra ir marcando aspectos que já foram contemplados pelo entrevistado, pra dar fluidez a entrevista; desligar outros programas no computador, cuidando das interferências nas conexões, entre outros.

3 ARTIGO ORIGINAL

Artigo a ser submetido a revista Movimento.

(Dissertação de Mestrado Giulia Salaberry Leite)

Título: Estrutura e Processo do Projeto Vida Ativa (Pelotas-RS): Descrição da implementação dos Núcleos e Atividades em 2019.

Autores: Giulia Salaberry Leite¹, José Antônio Bicca Ribeiro¹, Inácio Crochemore Mohnsam da Silva^{1,2}.

1 – Programa de Pós-graduação em Educação Física. Universidade Federal de Pelotas;

2 – Programa de Pós-graduação em Epidemiologia. Universidade Federal de Pelotas;

Autor para correspondência: Giulia Salaberry Leite

E-mail: giuliasalaberry@hotmail.com

Rua Evaristo da Veiga, Nº 497.

Bairro Fragata Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. CEP: 96040-680.

Agência financiadora: Bolsa de Mestrado da Universidade Federal de Pelotas - Programa PIB-M/D.

Artigo oriundo da dissertação de Mestrado de Giulia Salaberry Leite. Estrutura e Processo do Projeto Vida Ativa (Pelotas-RS): Descrição da implementação dos Núcleos e Atividades em 2019. Programa de Pós-Graduação em Educação Física - Universidade Federal de Pelotas. 2021.

RESUMO

O objetivo deste estudo foi descrever o processo de implantação dos Núcleos do Projeto Vida Ativa no município de Pelotas (RS). Trata-se de uma política de governo que estima atender cerca de 4000 pessoas promovendo Atividades Físicas e Esportivas (AFEs) e a ênfase da descrição se deu sobre aspectos de estrutura e processo do estabelecimento das atividades no ano de 2019, identificando as principais potencialidades e desafios de continuidade do projeto. No total oito coordenadoras constituíram a população deste estudo, três eram da coordenação geral e cinco da coordenação de núcleos. A produção dos dados aconteceu por meio de entrevistas semiestruturadas e para análise dos dados foi utilizado a técnica de análise de conteúdo. Os principais resultados ratificam o potencial de relevância do projeto no município, a preocupação da gestão na formação dos servidores e foco de implementação de núcleos em lugares com menos acesso à AFEs. Em termos de desafios para continuidade, emergiram aspectos relacionados a escassez de recursos financeiros para manutenção e otimização do que já foi estabelecido, a necessidade da avaliação se tornar um processo constante para evitar que aspectos políticos possam alterar os rumos das ações e para que o projeto possa avançar e se efetivar como uma política permanente na cidade.

Palavras-chave: Política Pública; Gestão em Saúde; Política Social; Política de saúde; Avaliação de Programas e Projetos de Saúde.

ABSTRACT

The aim of this study was to description the implementation process of the *Projeto Vida Ativa* (Active Life Project) in the city of Pelotas (RS, Brazil). This is a government policy that estimates to reach around 4000 people promoting Physical Activities and Sports (PAS). The emphasis of the description was on the aspects of structure and establishment of activities

in the year 2019, identifying strengths and challenges of continuity of the project. This is a case study, with overlapping levels of analysis. In total, eight coordinators constituted the population of this study, three were from the general coordination and five from the hubs coordination. Data collection was performed through semi-structured interviews and for data analysis, the content analysis technique was used. The main results confirm the potential relevance of the project at the municipality level, the concern of stakeholders in capacity building and the focus on implementing hubs in locations with less access to AFEs. In terms of challenges to continuity, aspects related to the scarcity of financial resources for maintenance and optimization of what has already been established were identified. In addition, the need for evaluation to become a constant process to prevent political interferences was observed as an important tool towards advances *Projeto Vida Ativa*.

Keywords: Public Policy; Health Management.

INTRODUÇÃO

O lazer e o esporte são direitos estabelecidos em constituição¹ e se configuram como uma forma de ação social. Embora seja dever do Estado a proposição de programas com atividades direcionadas para esses dois eixos, efetivamente tais direitos estão longe de adquirir materialidade, entre outras razões pela desigualdade de acesso. Neste contexto se inserem as Atividades Físicas e Esportivas (AFEs), as quais são entendidas como

“O conjunto de práticas que exige significativo envolvimento, movimentação corporal ou esforço físico, que é realizado predominantemente sem fins produtivos do ponto de vista econômico e ao qual os praticantes conferem valores e sentidos diversos ligados às dimensões da saúde, aptidão física, competição, sociabilidade, diversão, risco e excitação, catarse, relaxamento e beleza corporal, dentre outras”².

No Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano², por exemplo, são claras as evidências entre a menor possibilidade de prática de AFEs de acordo com o grupo social, evidenciando desigualdades de sexo, raça, idade, deficiência, nível de instrução e rendimento mensal domiciliar per capita.

Ao longo dos últimos anos, o extinto Ministério do Esporte, implementou inúmeros programas considerando diferentes manifestações (esportivas, educacionais, de lazer e rendimento), sendo que, dentre eles destacam-se: Programa Segundo Tempo, Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), Bolsa Atleta e Centro de Iniciação ao Esporte³. Outros Ministérios também têm atuado no que tange o setor de AFEs, dentre eles o Ministério da Cidadania, que incorporou a Secretaria Especial do Esporte (extinto Ministério do Esporte), Ministério da Cultura, Ministério da Educação e o Ministério da Saúde. Neste último, as principais políticas nacionais que fomentam AFEs são a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), a inserção da Educação Física nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) e o Programa Academia da Saúde⁴.

No contexto histórico de AFEs, em Pelotas-RS, cidade no extremo sul do Brasil, existe o Projeto Vida Ativa (PVA), que envolve o esporte e lazer com a promoção de AFEs. O programa tem origem no PELC – extinto em 2012 no município, faz parte das ações da Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SMED), e se configura como uma política de governo desenvolvida desde 2013. O objetivo do projeto é “socializar e fomentar a prática de hábitos de atividades físicas saudáveis, principalmente na população de baixa renda”⁵ (p. 6). Segundo Berny e Quevedo⁵ o projeto investe em modalidades demandadas pela comunidade, atendendo todas as idades (crianças, adolescentes, adultos e idosos). Essas práticas são executadas nos denominados núcleos, realizadas semanalmente (inclusive nos domingos e feriados) por agentes e supervisionadas por coordenadoras de núcleo, contratados pela SMED. O PVA apresenta um importante potencial para a cidade, mobilizando, segundo a SMED no ano de 2019, aproximadamente 4.000 pessoas participando das AFEs.

Assim como destaca-se a relevância de políticas de Estado e políticas de governo para a promoção de AFEs com foco em grupos mais vulneráveis social e economicamente,

rompendo com a atribuição histórica de responsabilidade individual sobre essas práticas⁶, ressalta-se também a necessidade do estudo dessas ações públicas que devem abarcar, por exemplo, os motivos que justificam determinada intervenção, planejamento, atores envolvidos, normatizações e financiamento⁷. Salienta-se também a importância da produção do conhecimento acadêmico sobre ações concretas e a investigação de políticas locais, em cidades de pequeno ou médio porte, que se distinguem dos grandes centros de produção do conhecimento. Além disso, mais do que quantificar, analisar o efeito, impacto ou resultados que estas intervenções têm sobre a sociedade, torna-se indispensável o entendimento desses processos, aproximações, levantamento de questões e problemas, para assim compreender e conhecer de forma profunda os aspectos que permeiam essas ações.

Considerando o exposto, este estudo teve como objetivo descrever o processo de implantação dos núcleos do PVA no município de Pelotas, com ênfase nos aspectos de estrutura e estabelecimento das atividades no ano de 2019 a partir do relato das coordenadoras do PVA. Mais especificamente, buscou-se caracterizar as metodologias e as estratégias de trabalho nos núcleos de atividades, compreender a definição e implementação das atividades propriamente ditas, a alocação dos recursos existentes, e identificar as principais potencialidades e desafios de continuidade do projeto.

MÉTODOS

Essa pesquisa de caráter descritivo, foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, considerando que sempre há implicações subjetivas nas ações das pessoas envolvidas em políticas e projetos. Segundo Minayo (2011) o envolvimento, as opiniões e as atitudes de todos os envolvidos se configuram como uma ação social e influenciam fortemente os resultados esperados⁸.

O PVA é dividido em três níveis de organização, o primeiro são as coordenadoras gerais, o segundo as coordenadoras de núcleo e o terceiro são os agentes. Em 2019, o PVA foi desenvolvido com oito coordenadoras, sendo três coordenadoras gerais e cinco coordenadoras de núcleo, as quais se configuram como população deste estudo. As coordenadoras gerais são responsáveis por organizar o trabalho das coordenadoras de núcleo, fazem a intermediação com a gestão central da SMED e são encarregadas também pela parte burocrática do projeto. Já as coordenadoras de núcleo, supervisionam os agentes nos núcleos, organizam o calendário do projeto e todas as atividades previstas nos locais. No ano de 2019 o PVA esteve presente em todos os bairros e distritos do município, com mais de 60 núcleos ativos. As AFEs eram desenvolvidas em média duas vezes na semana em cada núcleo implementado, com duração média de 60 minutos e apresentavam uma grande variedade, contabilizando mais de 15 modalidades, dentre elas: voleibol, ginástica, câmbio, futebol, caminhada orientada, ritmos, treinamento funcional, lutas, atletismo, handebol, musculação entre outros.

Inicialmente, a SMED foi contatada e foi solicitado concordância formal para realização da pesquisa. Mediante aceite da gestão municipal, as coordenadoras foram contatadas e, após explicação, foram convidados a participar do estudo. Para elaboração do roteiro da entrevista semiestruturada foi elaborado um modelo lógico (Figura 1) buscando a descrição do projeto, baseado em informações sobre o PVA presentes no livro de Berni e Quevedo⁵. Dentre as vantagens da elaboração e visualização do modelo, a principal é a percepção da totalidade do projeto devido às características do PVA relacionadas a amplitude de ações e larga dimensão dos usuários. Assim, a partir de elementos de estrutura e processo que foram utilizados para construção do modelo lógico, estabelecemos os seguintes elementos para o roteiro das entrevistas: a caracterização das coordenadoras gerais e de núcleo; trajetória profissional dentro do projeto; processos de

contratação; caracterização das atividades referentes ao cargo que ocupava; processo de abertura dos núcleos; atividades realizadas em 2019; relação entre coordenação e agentes que executavam as ações; cobertura e alcance do projeto; e financiamento no ano de avaliação.

Como estratégia de coleta de dados, optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas com as coordenadoras do projeto. Um estudo piloto foi desenvolvido com o intuito de testar o roteiro de perguntas e a dinâmica de desenvolvimento com o procedimento online. Para isso, uma entrevista foi realizada com o coordenador de um projeto municipal com características similares ao PVA. O agendamento das entrevistas foi realizado por meio telefônico e as entrevistas aconteceram no formato online, através do aplicativo Zoom Meetings®, em setembro de 2020, respeitando as normas de distanciamento social vigentes de acordo com cenário de enfrentamento da pandemia Covid-19.

As entrevistas foram realizadas com três coordenadoras gerais e cinco coordenadoras de núcleo, totalizando oito entrevistas, com duração entre 50 minutos e duas horas, que foram gravadas, transcritas e enviadas as coordenadoras para validação. A transcrição foi realizada com auxílio do VoiceNote II, e inseridas em arquivo de texto. Para o tratamento dos dados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo de Bardin⁹ que consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

Os procedimentos éticos da pesquisa foram garantidos pela aprovação do estudo no Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Pelotas, sob o protocolo 4.191.300, e pela aceitação das coordenadoras em participar do presente trabalho, sendo a

autorização para divulgação dos resultados dada pela concordância verbal e preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Destaca-se ainda o sigilo das identidades, que tiveram suas falas referenciadas em ordem numérica definidas aleatoriamente.

RESULTADOS

Para realização desse estudo foram definidas à priori duas categorias de análise, sendo a primeira a estrutura do PVA no ano de 2019 e a segunda o processo de implementação e avaliação do PVA. A partir da análise de conteúdo, o financiamento do projeto e questões políticas se caracterizaram como elementos marcantes e estão presentes de forma transversal nas categorias e unidades de análises. Dentro da primeira categoria, emergiram as seguintes unidades de análise: (a) caracterização dos sujeitos e (b) a descrição do PVA no ano de 2019 quanto ao funcionamento e ao processo de contratação e diferenças do trabalho por níveis de atuação. Na segunda categoria, as unidades de análise elencadas foram: (a) a implementação dos núcleos, (b) estabelecimento das atividades, (c) ampliação do objetivo, necessidade de monitoramento e avaliação. A Figura 2 apresenta uma representação gráfica das categorias definidas à priori, unidades de análise adicionais identificadas e os temas que emergiram da produção dos dados.

Estrutura do PVA no ano de 2019

A unidade de análise de **caracterização dos sujeitos**, contempla os seguintes temas: formação, vínculo e tempo de serviço. A partir da compilação dos resultados das coordenadoras gerais e de núcleo, sete apresentaram formação inicial em Educação Física e formação em nível de especialização *latu-sensu*, sendo que duas estavam cursando mestrado e uma doutorado durante o período de coleta. Uma das coordenadoras gerais é formada no curso de Pedagogia e relatou ter cursos de formação complementar em

diferentes artes marciais, o que a faz estar vinculada ao PVA. O quadro 1 apresenta a caracterização das coordenadoras de núcleo e gerais em termos de formação e trajetória profissional dentro do projeto.

Quadro 1. Caracterização População

	Formação	Vínculo Prefeitura	Tempo de coordenação no PVA	Formação complementar	Gênero
Coordenadores de Núcleo (CN) (n=5)					
CN 1	Licenciatura e Bacharelado em Educação Física	Contrato	5 anos	Especialização em Educação Física Escolar. Cursando Mestrado.	Feminino
CN 2	Licenciatura e Bacharelado em Educação Física	Contrato	4 anos	Especialização em educação física escolar.	Feminino
CN 3	Licenciatura e Bacharelado em Educação Física	Contrato	2 anos	Especialização em Metodologia do ensino de educação física	Feminino
CN 4	Licenciatura e Bacharelado em Educação Física	Contrato	2 anos	Especialização em Esportes Coletivos.	Masculino
CN 5	Licenciatura e Bacharelado em Educação Física	Contrato	2 anos	Especialização em Educação Física Escolar.	Masculino
Coordenadores Gerais (CG) (n=3)					
CG 1	Educação Física Licenciatura Plena	Concurso estatutário: Técnico superior de educação física	7 anos	Especialização em Educação Física Escolar. Mestre atividade física e saúde. Cursando doutorado.	Feminino
CG 2	Pedagogia	Concurso estatutário: professor de Pedagogia.	7 anos	Especialização em orientação educacional Formação complementar em diferentes artes marciais.	Masculino
CG 3	Licenciatura e Bacharelado em Educação Física	Concurso estatutário: professor de Educação Física.	4 anos	Especialização em nutrição esportiva e fisiologia do exercício. Cursando Faculdade de Nutrição. Cursando Mestrado.	Feminino

Fonte: Elaborado pela autora 1

Outro aspecto relevante relacionado as coordenadoras gerais do PVA, é que duas delas participaram da parte de concepção do projeto na sua primeira edição no ano de 2013 e integram até hoje a equipe. Além disso, destaca-se que todas as coordenadoras gerais são concursadas da Prefeitura Municipal de Pelotas, realizando para além das demandas do seu concurso, conforme vínculo apresentado no quadro 1, a organização do PVA, junto as coordenadoras de núcleo. Diferente das coordenadoras gerais, as coordenadoras de núcleos apresentam vínculo com a prefeitura através de contrato. Percebe-se, que duas

das cinco coordenadoras de núcleo, integram a equipe pelo menos há dois editais de acordo com o que foi relatado no tempo de coordenação. Dessas oito coordenadoras, cinco eram do sexo feminino (duas gerais e três de núcleo) e três do gênero masculino (um geral e dois de núcleo).

Destaca-se que todas as coordenadoras de núcleo são formadas em Educação Física Licenciatura e Bacharelado no ano de 2019. Tal característica chamou atenção, visto que no edital aprovado pela Lei nº 6524, de 07 de dezembro de 2017, que autorizou o poder executivo a prorrogar por mais dois anos a execução do PVA, os pré-requisitos para coordenação de núcleo era ser “professor de Educação Física”, ou seja, licenciados em Educação Física. A partir da fiscalização do Conselho Regional de Educação Física do Rio Grande do Sul, os profissionais envolvidos nos núcleos tiveram que estar regulamentados quanto a formação e conselho para atuarem naqueles cenários.

A **descrição do funcionamento do PVA no ano de 2019** engloba o processo de abertura dos núcleos e estabelecimento das atividades sistemáticas (AFEs) e assistemáticas (Eventos). A política de abertura de núcleos é estabelecida pelas coordenadoras gerais e envolve geralmente a demanda de um grupo comunitário, o qual entra em contato formal com a SMED. O local de prática normalmente é disponibilizado pelo próprio grupo populacional no momento da solicitação, indicando também a atividade que gostariam de realizar, quantidade de pessoas interessadas, faixa etária, materiais disponíveis, dias e horários para fins de registro. A partir da mediação entre coordenadoras gerais e de núcleo são verificadas as possibilidades em termos de recursos humanos, materiais e estrutura para ocorrer a implementação.

Para o funcionamento do PVA em 2019, houve um processo de seleção dos trabalhadores no ano de 2017, de forma simplificada, através do envio de currículo

documentado, no qual foram selecionados 33 candidatos (cinco coordenadoras de núcleo e 28 agentes). As coordenadoras gerais não passaram por esse processo de seleção, uma vez que já eram funcionários da Prefeitura Municipal de Pelotas e foram realocadas para integrar a equipe de coordenação. Sobre esse processo de contratação, as falas das coordenadoras gerais e de núcleo demonstram um consenso positivo sobre a forma como é feita a seleção para admissão do contrato administrativo e quanto à transparência de todo o processo seletivo. Esse atual cenário, vai de encontro aos antecedentes do PVA, visto que de acordo com as coordenadoras gerais, na época do PELC, executado pelo governo federal e que dá origem ao PVA, não existia clareza no processo de seleção em nível municipal, havendo uma série de indicações políticas para ocupação dos cargos previstos.

“Quando era ainda o PEL ou o próprio PELC, existia muita indicação política e nós conseguimos estruturar de uma forma, fazer um edital tão bem construído que não dava mais margem para essas indicações políticas, então foi uma surpresa até para os próprios vereadores [...] Porque para nós o que importa são as pessoas técnicas, então a gente conseguiu vencer isso hoje [...]” (CG 1, 2020)

Para o funcionamento do PVA em 2019, o grupo de coordenadoras possuía uma série de atribuições e essas apontam distinções na forma de atuação conforme o seu cargo. De acordo com as entrevistadas, as coordenadoras gerais deveriam manter-se atualizadas sobre o andamento do projeto, por intermédio das coordenadoras de núcleo, e caso algo extrapolasse as competências da coordenadora de núcleo, quem deveria assumir a frente do problema em algum dos núcleos eram elas. Além disso, visando a qualidade do serviço prestado, as coordenadoras de núcleo eram as responsáveis, juntamente com as coordenadoras gerais, por planejar formações continuadas para os agentes e eventuais novos coordenadores, submeter a coordenadora geral a proposta de como iriam atuar durante os dois anos na coordenação das ações, apresentar os planejamentos das atividades sistemáticas dos núcleos e dos eventos assistemáticos previstos do próprio PVA nos bairros.

Embora haja um consenso sobre a relevância das coordenadoras gerais na organização e parte burocrática do projeto no ano de 2019, torna-se claro que as coordenadoras de núcleo apresentam um protagonismo importante para efetivação do projeto a partir de todas as demandas elencadas e também pelo teor de suas falas. Uma das coordenadoras de núcleo, por exemplo, apresenta manifestação nesse sentido: *“É muito difícil a participação deles sabe, é mais quando realmente os coordenadores de núcleos precisam [...], mas basicamente é isso, eles são um suporte para os coordenadores de núcleos que é quem realmente comanda e faz acontecer o projeto.”* (CN 5, 2020)

Para além das incumbências das coordenadoras de núcleo, o terceiro nível de atuação do PVA eram os agentes e esses exerciam funções importantes para as ações finais do projeto, decorrentes da fala das coordenadoras de núcleo e gerais. As suas atribuições eram de acompanhamento a coordenadora de núcleo nos eventos; planejamento das atividades sistemáticas de acordo com a proposta acertada para os núcleos; condução/orientação das aulas nas diferentes AFEs; auxílio nos procedimentos organizativos; mobilização da comunidade para a participação das atividades e realização das inscrições dos participantes.

Processo de implementação e avaliação do PVA

Em termos de **implementação dos núcleos no ano de 2019** foi relatado pelas coordenadoras gerais que a demanda da comunidade era configurada por um pedido que poderia ser feito por qualquer pessoa, e que esse processo acontecia de dentro dos bairros em direção à prefeitura.

“A ideia é realmente de que qualquer pessoa possa pedir, mas vem de todas essas pessoas, vem da população, vem de pastores, vereadores, síndicos de condomínio [...] as vezes eles pedem o núcleo e são pessoas que não são da comunidade, a gente já percebeu isso, e aí não é aquilo que a comunidade quer, então a gente não abre, a gente não vai. Sempre quem nos procura tem que ser alguém representante da comunidade, que tenha uma força, uma voz dentro da comunidade.” (CG 3, 2020)

“Não importa da onde venha entendesse? Não importa se venha por exemplo, de um professor da ESEF (Escola Superior de Educação Física), de um diretor de

escola, de um vereador, de uma comunidade, não importa, mas se não tiver alguém da comunidade envolvido a gente não consegue fazer com que isso aconteça” (CG 1, 2020)

No entanto, no ano de 2019 aspectos políticos podem ser evidenciados sobre a representatividade das demandas de aberturas de núcleos a partir da fala de uma das coordenadoras de núcleo que menciona a participação de vereadores como grandes protagonistas na apresentação de demandas: *“a gente recebe e-mail de comunidades, em 2019 foram mais de vereadores, de alguém conhecido pedindo núcleo para região que ele trabalhava [...] Focando em 2019 foi assim, mas a ideia era sempre atender qualquer pessoa.” (CN 2, 2020)*

Após o processo de solicitação, para que os núcleos e as atividades se estabeleçam, é necessário que o local indicado esteja minimamente adequado em termos de estrutura física para receber a população. Esses espaços são cedidos temporariamente e incluem em geral salões paroquiais, clubes esportivos ou sociais e salões comunitários. A única condição, como mencionam as coordenadoras gerais, é que o lugar *“tem que ser aberto a todos, qualquer pessoa tem que poder entrar.” (CG 3, 2020).*

“Nós entramos com essa parceria público-privada, nós entramos com o professor, a comunidade entra com a estrutura, então a gente pede que tenha pelo menos banheiro, que tenha um espaço coberto, uma quadra de futebol se for modalidade esportiva ou de campo, areia, que seja, que tenha essa estrutura para receber o pessoal que vai fazer a atividade. E aí a comunidade entra com essa parceria, limpeza do local, a organização deste espaço toda é feita pela comunidade [...]” (CG 1, 2020)

De acordo com as entrevistas, já aconteceram situações em que condomínios privados de habitação popular queriam abrir núcleos. Embora a estrutura física estivesse de acordo, essas solicitações não eram atendidas porque outras pessoas do bairro não poderiam participar das aulas naquele local, indo de encontro a universalidade de acesso que a política propõe.

Outra questão observada é que em alguns núcleos havia limitação de estrutura física e, por consequência, demanda reprimida evidenciada por fila de espera de pessoas que

queriam participar do projeto. Esses desafios de estrutura evidenciam mais uma vez que os aspectos financeiros limitantes do PVA, algo que se consolidou como uma temática emergente em várias unidades de análises.

“Tem lugares, por exemplo, a Cohab Tablada que tinha fila de espera de 30, 40 pessoas e não tinha vaga e como eles não saiam do bairro, não tinha o que fazer [...] Se tivesse uma rubrica também, uma emenda parlamentar de algum deputado, onde a gente conseguisse comprar material, caixas de som, daria pra abrir em muitos outros lugares, por que nem sempre as comunidades conseguem se estruturar, a gente trabalha de forma precária, muito mais com material humano do que qualquer outra coisa”(CG 2, 2020)

Com relação ao quantitativo populacional atendido, existem divergências entre os relatos dos profissionais sobre o quanto os núcleos abertos foram capazes de atender todas as pessoas que queriam participar do PVA em 2019. A coordenadora geral 1 aponta que *“Nos bairros que tem espaço, a gente chega atender 100 pessoas fazendo aula de ritmos, não tem lista de espera, porque se o salão comporta né e o professor trabalha muito com a parte corporal”*. Já uma das coordenadoras de núcleo manifesta um incômodo em relação a quantidade de pessoas durante as AFEs e a relação com a qualidade das aulas:

“As aulas têm muito profissional bom, mas que às vezes a gente gostaria de ter uma maior organização, eu acho que poderia ser aulas com menos número de pessoas, porque ninguém consegue atender 100 pessoas e dizer que é uma aula de qualidade, não é de qualidade e sim de quantidade e para o profissional que gosta mesmo e tem a intenção de dar uma aula boa, a gente se sente frustrado” (CN 3, 2020)

Em termos de materiais, o projeto não provém de muitos recursos para os núcleos nos bairros. Segundo relato das coordenadoras gerais e de núcleo, projeto conta após a sua aprovação apenas com o provimento de recursos humanos. Entretanto, relatam que para a parte esportiva, estão amparados pela SMED e que eles já conseguiram pleitear alguns materiais do município, através de parcerias, além de contar com o Ginásio Municipal, conforme relatado pela coordenadora geral 3:

“O PVA praticamente não tem recurso, o recurso destinado é basicamente para pagamento de pessoal, sobra bem poucos recursos para comprar material. Nós buscamos recursos através do departamento de desporto, caso tenha alguma necessidade, felizmente principalmente material esportivo nós temos, entenda material esportivo como bolas, raquetes [...] mas na questão de atividades físicas, como steps, halteres, esse tipo de material é algo que nós não temos no departamento [...] o PVA tem poucos recursos para se manter, o que nós

conseguimos é através de outros projetos, normalmente de parcerias com empresas privadas que precisam destinar impostos, por exemplo, em 2019 nós tivemos parceria com a ECOSUL que nós conseguimos boa parte dos recursos através dessa empresa”

O núcleo central, localizado no ginásio municipal, é o núcleo que melhor oferece infraestrutura para a realização das AFEs. Ele conta com materiais para realização das aulas de ginástica, tablado para as lutas, sala de treinamento funcional e quadra poliesportiva, que se diferenciam dos lugares cedidos ou emprestados nos bairros, os quais possuem uma estrutura mais modesta. Nos núcleos dos bairros, cabe ao agente e aos participantes utilizar o que tem disponível e, segundo as coordenadoras de núcleo, explorarem a criatividade para confecção de materiais que auxiliavam nas aulas que precisam de mais recursos devido a “*escassez de material*” relatada pela coordenadora geral 2. Nesse contexto, a questão dos recursos materiais apresentou-se como uma barreira para o desenvolvimento de novas AFEs, o que é demarcado pelas coordenadoras gerais e de núcleos como uma das principais fragilidades do PVA no ano de 2019.

Embora a fragilidade exposta pelas coordenadoras, **as atividades estabelecidas em 2019** eram diversificadas e isso passa pela qualificação dos recursos humanos, conforme registra a coordenadora geral 3:

“O sucesso do PVA se dá pela constante qualificação do grupo, tanto por eles buscarem qualificação para melhorar o seu trabalho, quanto o projeto incentivando qualquer tipo de qualificação [...] até 2019 boa parte do pessoal foi cursar o bacharelado por que era uma exigência para 2020 e isso a gente conseguiu e se virou em 10, para manipular os horários, para que eles conseguissem estudar e trabalhar”

Há um consenso entre coordenadoras gerais e de núcleo sobre essa qualificação, na qual segundo elas, quanto maior o repertório dos profissionais envolvidos nas atividades e diversidade de experiências, mais pessoas e lugares o projeto vai conseguir atingir, melhor vai ser o planejamento das aulas para as diferentes faixas etárias presentes, e melhor progressão e criatividade para aquilo que foi estabelecido após pactuação das coordenadoras gerais com a comunidade. Segundo as coordenadoras de núcleo o PVA

ficou durante um tempo muito restrito a atividades de ginástica e ritmos, por conta também da fragilidade mencionada acima sobre os recursos estruturais. Diante disso, começaram a investir na formação dos novos agentes e coordenadoras de núcleo, conforme a coordenadora geral 3, expõe em sua fala: *“sempre no início de cada ano, fazemos uma formação, para qualificar ainda mais o trabalho daquelas pessoas. A grande maioria formado em Educação Física né, mas apesar disso, é sempre bom tá renovando conhecimentos e vendo coisas diferentes”*.

De acordo com as coordenadoras de núcleo, as aulas de ritmos, ginástica e treinamento funcional tiveram um destaque dentro do PVA, visto que outros grupos viam o que estava acontecendo em outros bairros e queriam aquela atividade no bairro deles também. O que elas apontam como ganho para o projeto, porque em termos de recursos materiais e estruturais, era muito pouco o que elas precisavam para realização das atividades. No caso das aulas de ritmos, que segundo a coordenadora de núcleo 1, era considerado como *“o nosso carro-chefe”*, além do exigido de estrutura e de ter um agente disponível, era necessário apenas uma caixa de som. A mesma lógica se aplicava no caso da ginástica e treinamento funcional, visto que eles conseguiam utilizar materiais recicláveis e objetos que qualquer pessoa tem em casa.

Contudo, ainda que o projeto tenha aumentado a quantidade de núcleos e tenha conseguido capacitar os profissionais, as coordenadoras apontam que no ano de 2019, elas chegaram no limite das ampliações das ações nos bairros e por conta disso, preferiram manter o que tinham, do que seguir abrindo novos locais, em função da demanda de atendimento e limitado recurso humano disponível para atender a demanda. As coordenadoras complementam ainda que qualquer expansão poderia ocasionar na diminuição da qualidade do serviço prestado e queixas por parte da população, fazendo com que o projeto ficasse com uma imagem negativa. A coordenadora geral 2 ressalta:

“[...] Lá em setembro ou outubro a gente teve um atraso de salário, isso gerou uma certa polêmica dentro do grupo entendeu, aí dois, três, tivemos uma desistência, inclusive de coordenação que saiu, e na verdade isso aconteceu por uma questão de administração pública mesmo, e aí isso sai da nossa alçada mesmo, da nossa administração né, então a gente conseguiu muita coisa até esse momento, deu esse problema, aí o que a gente fez, não vamos mais apertar o pessoal e aumentar núcleo e aumentar eventos, vamos manter com que nós temos, pra conseguir manter qualidade nos lugares.”

Entre os problemas enfrentados na implementação dos núcleos e atividades no ano de 2019, destacam-se a partir da fala das coordenadoras, os locais sem condições estruturais básicas para realização das práticas, quantidade de recursos humanos disponíveis, captação de novos alunos, dificuldades no controle de frequência, a falta de recursos para aquisição de materiais e manutenção dos núcleos emprestados. O transporte para materiais utilizados em eventos assistemáticos também foi mencionado, tendo em vista que a prefeitura não disponibiliza carro ou ônibus para as atividades assistemáticas. Todos esses aspectos apresentam-se como pontos negativos para a definição e estabelecimento das AFEs. Embora a preocupação de ter um grupo qualificado e o incentivo a formação continuada para os profissionais sejam notórios, as barreiras de estrutura e falta de materiais se manifestam inúmeras vezes nas falas das coordenadoras gerais e de núcleo, mostrando-nos que se o PVA contasse com uma melhor estrutura, as atividades esportivas e outras práticas também poderiam estar em evidência, para além das aulas de ritmos e ginástica.

Com relação as atividades assistemáticas (eventos), as coordenadoras de núcleo apontam que muitas das atividades estão desvinculadas com o que é a proposta do PVA. Muitas vezes são chamados mais pelos brinquedos infláveis que o PVA pode disponibilizar em atividades de finais de semana e não propriamente para realizar alguma intervenção de AFEs. Segundo os entrevistados, esse cenário é atrelado novamente a questões políticas que atendem a interesses de quem está fazendo essa solicitação.

O componente de eventos, inclusive com a disponibilização de brinquedos infláveis, não se configura necessariamente como algo negativo, até porque é um projeto que

contempla o lazer além da promoção de AFEs. O problema identificado é que não há um filtro do que pode ser feito ou não nessas atividades assistemáticas e a existência de um receio de retaliações futuras na aprovação do projeto na câmara de vereadores. Essa fragilidade demarca o anseio das coordenadoras de que o PVA se torne uma política pública permanente e não se mantenha como política de governo a ser renovada periodicamente. A incompatibilidade de algumas atividades e demandas de acordo os objetivos do projeto fica clara na fala de uma das coordenadoras de núcleo:

“Se tivesse que fazer qualquer outra função a gente tinha que fazer, a gente já chegou ter que cuidar de criança, que nem idade escolar era, para outro tipo de projeto, tinha um projeto da prefeitura e a gente tinha que tapar esses furos, não tinha quem fizesse e a gente tinha que fazer e esse negócio de levar os brinquedos em eventos, aí qualquer vereador pedia, Ah vou fazer um evento lá, que ele quer fazer e se aparecer e lá tinha que ir o Vida Ativa, ir com os brinquedos e fazer a firula para eles, tipo não é uma coisa que tem haver eu acho...”(CN 3, 2020)

Ampliação do objetivo e necessidade de monitoramento/avaliação

A diversidade das ações do PVA está presente no relato das coordenadoras gerais e de núcleo. Quando indagadas sobre qual era o objetivo do projeto afinal, houve diferentes interpretações para a pergunta. Algumas coordenadoras salientaram as metas traçadas para o ano de 2019 e não de fato ao que era objetivo do PVA. As coordenadoras apontam como meta principal aumentar os núcleos e a oferta de AFEs para a população e indicam o crescimento no ano de 2019, conforme relato da coordenadora geral 1 a seguir:

“Nós tínhamos alguns objetivos traçados e todos eles são importantes tá? Manter um trabalho de qualidade nas comunidades, abrir mais núcleos, aumentar o atendimento. Dentro desse aumentar o atendimento, a gente conseguiu expandir pra zona rural e foi um ganho pro projeto, por que é muito difícil tu manter um atendimento sistemático na zona rural[...], manter os materiais, manter o funcionamento, a divulgação. Isso da gente divulgar o PVA era um dos nossos objetivos, que nós não tínhamos tempo, não tínhamos pernas pra isso, porque todo mundo trabalhando em muitas coisas, o conhecimento técnico, de otimizar situações, então são vários...”

Referente ao objetivo central do PVA, duas coordenadoras de núcleo, afirmam que em 2019 se relacionava à saúde e qualidade de vida da população. Um dos entrevistados mencionou especificamente o objetivo de *“levar saúde e qualidade de vida através da atividade física para as pessoas”*, acrescentando uma ideia de foco *“principalmente às*

peessoas em vulnerabilidade social [...]através das aulas nos bairros” (CN 1, 2020). No mesmo sentido, a coordenadora de núcleo 2 apontou que:

“O objetivo central do projeto é levar atividade física para todos os cantinhos da cidade, onde as pessoas não têm aquele acesso, onde não tem muitas vezes uma academia, não tem condição de estar pagando o Personal Trainer na academia, então é levar atividade física gratuita com o objetivo de saúde para toda população de Pelotas.”

Contudo a coordenadora de núcleo 3, destaca que esse objetivo *“se perde no meio, porque infelizmente tem muita politicagem no meio e tem interesses que não é a saúde e que deveria ser [...]”*. Essa coordenadora mais adiante complementa que essas questões políticas deturpavam o real objetivo e que muitas vezes eles tinham que fazer coisas que não era função deles. A coordenadora geral 3, destaca outros aspectos, para além dos citados acima: *“O PVA, é um projeto social [...]a interação social, a promoção da saúde, a questão do lazer, proporcionar lazer a população, com certeza isso foi feito com bastante êxito”*.

As diferentes impressões sobre o objetivo do PVA apresentadas, corroboram com as diferentes formações das coordenadoras apresentadas no Quadro 1, fazendo com que direcionassem o seu entendimento das ações para aquilo que se especializaram. A diversidade relatada na fala das coordenadoras, juntamente com a expansão alcançada através das metas traçadas para o ano de 2019, demonstram a necessidade de haver monitoramento e avaliação do projeto.

Quando questionados sobre a realização de avaliações do PVA as coordenadoras gerais e de núcleo apontam que são feitos relatórios com dados dos participantes e núcleos e esses são encaminhados para a SMED, como uma forma de prestação de contas. Relatam também que esses levantamentos são feitos principalmente próximo ao final dos dois anos, quando a lei está expirando e precisará ser renovada.

Essa prestação de contas também se destaca na fala da coordenadora geral 2, quando ela menciona que *“Precisamos de números. Como é que a gente vai dizer que o*

projeto é lindo, maravilhoso e que ele atende não sei quantas pessoas? Qual o perfil delas, em que locais são atendidas, qual a média de idade, quais as modalidades? Então isso é feito anualmente...”. A entrevistada ainda conclui a fala afirmando que “isso é uma coisa que acontece de uns três anos para cá, anteriormente não se perguntou muito isso e foi com a chegada da galera que é mais da pesquisa que a gente começou a fazer esse levantamento. ”

Já a coordenadora geral 1 relata que “A gente faz reuniões periódicas, a gente chama de hora de lavar a roupa suja né” e declara que “essa avaliação, ela não está sistematizada, não está registrada, mas ela é uma avaliação onde os coordenadores nos trazem o que tá acontecendo lá nos bairros, se as aulas estão fluindo, os números de alunos, quantos alunos diminuíram, porque que diminuíram”.

Todavia, a coordenadora de núcleo 3, expõe que as coordenadoras de núcleo não têm participação ativa nesse processo que ela entende como avaliação, quando relata que “eu acho que quem faz as avaliações é o pessoal do desporto e os coordenadores gerais, mas aí é voltado mais para o interesse deles assim, do que eles acham que é o certo, não é tipo o que a gente acha que era o certo entendeu”. A coordenadora de núcleo ainda complementa: “Entre nós coordenadoras de núcleo e agentes, se fazia reuniões para ver o andamento, quantos eventos atendeu, é isso que eu te digo, são os números, quantas pessoas são atendidas...”.

Apesar do acompanhamento do serviço que é realizado pelos agentes e coordenadoras de núcleo, dos relatórios e espaços para pensarem em estratégias de solução dos problemas que surgiam no dia-a-dia do PVA, se consolidarem como um aspecto positivo para o bom andamento no ano de 2019, as exposições das falas demonstram inconsistências em relação aquilo que prevê uma avaliação. Em nenhum momento foi exposto quais os problemas identificados a partir desses dados e se mudanças

foram feitas após identificação durante o ano de 2019. A exceção parece ser ao final do período de prorrogação da política, quando o projeto precisa passar novamente por aprovação. Nesse sentido, é necessário monitorar e avaliar o processo e resultados que estão sendo alcançados e a partir disso, redirecionar para aquilo que a proposta estabelece como prioridade.

DISCUSSÃO

O presente estudo ratifica o potencial de relevância do PVA no município de Pelotas considerando os 60 núcleos inseridos nos bairros e zona rural no ano de 2019, mais de 15 tipos de AFEs desenvolvidas, além de eventos aos finais de semana e feriados, atendendo uma estimativa de 4.000 participantes. Destaca-se a preocupação e incentivo por parte da coordenação geral em relação a formação do grupo de agentes e coordenadoras de núcleo com o objetivo de criar um maior repertório e qualidade para as atividades implementadas, o foco da abertura de núcleos serem em locais com menos acesso as AFEs e a concepção de atender a demanda que parte das comunidades. O grupo da coordenação geral e de núcleos do PVA é composto majoritariamente por mulheres, pessoas com formação em Educação Física e apresentando formação continuada, o que indica a existência de uma equipe de profissionais da área, atuando na gestão de um serviço público, organizando e pensando a implementação de uma política de governo relevante para a promoção de AFEs como forma de ampliação do acesso ao trabalho da Educação Física e para promoção de saúde. Ao destacar esses aspectos positivos, evidencia-se também a necessidade de avaliação permanente do PVA buscando identificar ainda possíveis limitações e fortalecer os potenciais benefícios para a sociedade.

O PVA vai ao encontro de ações específicas da PNPS no sentido de promoção de AFEs no contexto das Práticas Corporais e Atividades Físicas, foco em populações em situação de vulnerabilidade social e proposta de atividades de interesse da comunidade

local¹⁰. Por outro lado, o monitoramento e avaliação, que são aspectos que se constituem como eixos operacionais da PNPS, se mostram discretos em 2019 conforme o relato das coordenadoras. De acordo com a PNPS, uma das responsabilidades do gestor municipal é a de adotar o processo de avaliação como parte do planejamento e da implementação das iniciativas de promoção da saúde, garantindo tecnologias adequadas, assim como estabelecimento de indicadores e instrumentos de gestão para o acompanhamento e avaliação do impacto da implantação e implementação da política¹¹. A avaliação faz parte do ciclo de uma política e pode oferecer ao projeto aprimoramento, gestão e fortalecimento, especialmente em um cenário de instabilidade político-econômica e ameaça a direitos sociais e de saúde no qual estamos passando¹¹. É indispensável pensar além da prestação de contas, são necessários outros momentos de interpretação e discussão dos dados de forma a identificar o que não está funcionando, com o intuito de buscar conexões com as diferentes esferas e conectar interesses e parcerias para expandir e melhorar aquilo que é apontado como fragilidade¹². No contexto do PVA torna-se claro a necessidade de uma avaliação sistematizada da política com o propósito de criar soluções eficazes para melhorar a qualidade do funcionamento e alcance do PVA nas diferentes localidades onde está inserido. Nesse processo, é crucial a inclusão de todos os níveis de atuação do projeto, incluindo um protagonismo também das coordenadoras de núcleo e agentes, em virtude de que eles são os responsáveis pelas atividades fins, estando presentes nos núcleos e em contato permanente com a população atendida.

Quanto ao processo de avaliação, um dos aspectos a serem destacados é que os objetivos da política/projeto estejam bem delimitados e pactuados, assim como as suas metas, recursos, alcance, produtos e resultados esperados. Para isso uma ferramenta importante é o modelo lógico, que consiste em um esquema visual que expõe o funcionamento da política. Na construção de um modelo lógico, pretende-se, abrir ‘a caixa-

preta do programa' no escopo de que se tenha clareza sobre sua operacionalização e resultados esperados¹³, ou seja, revelar o conjunto de hipóteses necessárias às melhorias da situação problemática identificada.

O modelo lógico elaborado para o PVA *a priori* no presente estudo auxiliou na elaboração do roteiro de entrevistas e colaborou na compreensão dos resultados em relação as finalidades do PVA, visto que em 2019 as coordenadoras apresentaram multiplicidade de opiniões em relação ao que a política propõe. Um dos objetivos centrais relatados era voltado para a promoção de atividades físicas, que em virtude das altas prevalências de inatividade física em todas as faixas etárias da população¹⁴, vem sendo pautada de forma sistemática em múltiplos níveis. Nesse contexto, podemos considerar que o PVA do município de Pelotas vai ao encontro de uma agenda mundial que, por meio do plano de ação global da Organização Mundial de Saúde (OMS), busca criar pessoas e ambientes ativos, promover o acesso a oportunidades e programas, em diversos contextos (nacional, estadual e municipal), apoiar pessoas de todas as idades e capacidades a envolverem-se em atividade física regular, individualmente, em família e na comunidade¹⁵.

Por outro lado, algumas coordenadoras relatam que em 2019 o objetivo era levar saúde e qualidade de vida para à população, e, assim, observa-se a necessidade de reflexão sobre o conceito de saúde presente no projeto destacando a necessidade de uma ampliação do mesmo. O PVA apresenta um potencial de ir além de uma perspectiva unicamente biológica de promoção de saúde por meio do aumento de movimento. Entende-se, no presente estudo, como conceito ampliado de saúde “a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso aos serviços de saúde...”¹⁶. A PNPS baseia-se em um conceito ampliado de saúde e compreende a promoção de saúde como um conjunto de estratégias e formas de produzir saúde, no âmbito individual e coletivo com responsabilidades para os

três entes federados¹⁰. E, nesse sentido, por ser um projeto que se insere em comunidades, ao considerar suas demandas, existente um potencial para articulação das ações ao contexto dos sujeitos, à cultura daquelas localidades, podendo extrapolar as ações vigentes e contemplar aspectos relacionados à cultura da paz, maior interação e coesão social. Para isso, há também a necessidade de cooperação com outras áreas da gestão e atores sociais para o fortalecimento de iniciativas que signifiquem mobilização social para redução das desigualdades.

Outro aspecto de importante reflexão é que de acordo com a concepção do PVA é esperado que a demanda das ações seja oriunda da população, estabelecendo relações com o modelo de baixo para cima (da comunidade, para a prefeitura), algo que remete à participação protagonista dos usuários da política, ou seja, uma característica de descentralização¹⁷. Essa perspectiva, embora apareça com força no relato da política de abertura, apresenta-se de forma limitada no ano de 2019, visto que embora algumas demandas cheguem por parte de usuários das localidades, nesse ano, que antecedia as eleições do município, essas representações majoritariamente partiram de vereadores, revelando interesses políticos e não necessariamente uma real demanda popular.

Na mesma direção, outro aspecto relevante analisado a partir da análise das metas previstas e alcançadas em 2019, como por exemplo, a expansão de núcleos, mais pessoas envolvidas com as atividades do projeto, é o quanto as atividades fins são consistentes às expectativas das comunidades. Ao limitar a oferta de AFEs a um leque restrito de atividades, muito por limites de estrutura e orçamento, o projeto corre o risco de estar ofertando práticas descontextualizadas socialmente com as realidades dos locais onde está inserido. Nesse cenário, é necessário que nos núcleos existam momentos de avaliação sobre a importância do conceito ampliado de AFEs² e que avanços orçamentários favoreçam o estabelecimento de práticas significativas para os usuários.

O PVA já passou por três processos de proposição do poder executivo com posterior referendo do poder legislativo, contabilizando seis anos de funcionamento em Pelotas e com prorrogação aprovada para execução nos anos de 2020 e 2021. Este fato pode ser considerado como importante limitação por caracterizar uma política de governo que ainda corre riscos na alternância de poder. No processo de tramitação do PVA na câmara dos vereadores, destaca-se um histórico de participação de lideranças comunitárias e usuários para garantir a prorrogação da política. A consolidação do PVA como uma política pública permanente de estado, caracterizada como independente do governo e do governante e que deve ser realizada, traria avanços em aspectos destacados pelas coordenadoras como a criação de vínculos sólidos, estabilidade e planos de carreira para as coordenadoras de núcleo e agentes envolvidos nessa política.

Nesse sentido, mais uma vez retomamos a necessidade de avaliação permanente e de divulgação das ações e benefícios do PVA. Salienta-se a relevância de todos os processos de abertura de núcleos e estabelecimentos das atividades serem publicizados para a população. A partir da divulgação, a população terá mais protagonismo, participação e fiscalização e controle do que está sendo implementado. Com essas características a política ganha força pois passa a contar também com o controle social, que envolve a capacidade que os movimentos sociais organizados na sociedade civil têm de interferir na gestão pública¹⁸.

A comunicação pode também ser importante para aproximação e parcerias com outros setores, com a intenção de melhorar o serviço que é prestado à população, e, especificamente no PVA, colaborar com ampliação de recursos (humanos, materiais e estruturais) que se apresentam como fragilidades importantes. A parceria público/privada anunciada pelas coordenadoras e estabelecida no projeto, se distingue de outras políticas. No PVA essa relação de privado está direcionada para uma parceria predominantemente

peçoal ou com instituições sem fins lucrativos, e não necessariamente empresarial. Nessa parceria a população é responsável por disponibilizar e manter os núcleos organizados e limpos para a realização das AFEs. Essa característica por sua vez pode deixar dúvida se o programa atinge, de fato, o seu público-alvo, que são as pessoas em situação de vulnerabilidade social e que talvez não tenham organização e condições de contrapartidas. Mais estudos sobre o projeto ainda são necessários para compreender estes aspectos e, contudo, cabe destacar que o PVA está dentro de um problemático contexto de políticas de austeridade fiscal que está sendo implantada no Brasil¹⁹ fruto do avanço da ideia neoliberal de reduzir o tamanho do estado e, contrapartida, aumentar a responsabilidade da população. No PVA, por exemplo, o poder público tem exigido responsabilidades dos usuários e organizações comunitárias por questões básicas que o poder público deveria garantir, como recursos materiais, materiais de limpeza e organização desses espaços.

Torna-se necessário refletir sobre as limitações presentes neste estudo. Trata-se da primeira pesquisa sistematizada do PVA no âmbito acadêmico e optou-se por uma abordagem qualitativa quanto ao processo de abertura e estabelecimento das atividades, em função das características do projeto. Considerando sua amplitude de ações e de grupos populacionais, acredita-se que essa estratégia pode ser essencial para colaborar com futuros estudos que contemplem outras características, como efeitos, impacto e resultados do PVA. Destaca-se também que o PVA é desenvolvido com diferentes níveis de atuação e compuseram a população deste estudo a coordenação geral e de núcleo. Assim sugere-se que outras abordagens englobando os outros níveis que compõem o projeto (agentes e participantes) ainda podem ser necessárias.

Por fim, ao manifestar vários pontos de avanço como a qualificação dos profissionais, ênfase ao planejamento participativo envolvendo as comunidades, promoção de AFEs em bairros vulneráveis e destacar o potencial do PVA, reforçamos a necessidade de avaliação

e da realização de mais estudos que possam colaborar com a implementação do projeto. A ampliação de recursos, divulgação sistemática visando à socialização das ações, reforço da importância da participação social, respeitando as diferentes culturas, são caminhos para sedimentar o projeto como uma política pública permanente.

REFERÊNCIAS

- ¹Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- ²Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional - Movimento é Vida: Atividades Físicas e Esportivas para Todas as Pessoas: 2017. – Brasília: PNUD, 2017. 392 p.
- ³Secretaria Especial do Esporte, 2017. Programas e Ações. Disponível em:<<http://arquivo.esporte.gov.br/>> Acesso em: 24 de maio. 2021.
- ⁴Ministério da Saúde. Política nacional de promoção da saúde. Brasília, DF. 2010.
- ⁵Berni, K; Quevedo, L. Projeto Vida Ativa: Pelotas em movimento. E-book, Amazon.Pelotas, 2017. 48p.
- ⁶Castiel LD, Guilam MCR, Ferreira MS. Correndo o risco: uma introdução aos riscos em saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2010
- ⁷Jannuzzi PM. Monitoramento Analítico como Ferramenta para Aprimoramento da Gestão de Programas Sociais. Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação, vol.1, p.36-65, 2011
- ⁸Minayo, MC. Importância da Avaliação Qualitativa combinada com outras modalidades de Avaliação. Sau. & Transf. Soc., ISSN 2178-7085, Florianópolis, v.1, n.3, p.02-11, 2011
- ⁹Bardin, L. (2011). Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70.
- ¹⁰Brasil. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde. 3.ed. Brasília; 2010.
- ¹¹Malta DC, Silva MMA, Albuquerque GM, Amorim RCA, Rodrigues GBA, Silva TS, et al. Política Nacional de Promoção da Saúde, descrição da implementação do eixo atividade física e práticas corporais, 2006 a 2014. Rev Bras Ativ Fís Saúde 2014; 19:286-99.
- ¹²Fernandes AP, Andrade ACS, Costa DAS, Dias MAS, Malta DC, Caiaffa WT. Programa Academias da Saúde e a promoção da atividade física na cidade: a experiência de Belo Horizonte - MG, Brasil. Ciênc Saúde Colet 2017; 22:3903-14.
- ¹³Brousselle, A; Champagne, F; Contandriopoulos, AP; Hartz, Z. (Org.). Avaliação: conceitos e métodos. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.
- ¹⁴Sallis, James. Et al. Atividade física em ambientes urbanos em 14 cidades do mundo: um estudo transversal. The lancet. Volume 387, número 10034, P2207-2217, 28 DE MAIO DE 2016

¹⁵ World Health Organization. Global action plan on physical activity 2018-2030: more active people for a healthier world. Geneva: World Health Organization; 2018

¹⁶ Brasil. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm> Acesso em: 19 de Junho, 2021.

¹⁷ Lopes, B; Ney, J. Políticas Públicas: conceitos e práticas. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008. 48 p.

¹⁸ Correia, M. V. C. A relação estado e sociedade e o controle social: fundamentos para o debate. Serviço Social & Sociedade, Ano XXIV, 77: 22-45, 2004

¹⁹ Santos IS, Vieira FS. Direito à saúde e austeridade fiscal: o caso brasileiro em perspectiva internacional. Ciência & Saúde Coletiva, 23(7):2303-2314, 2018.

ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1. Modelo Lógico Projeto Vida Ativa

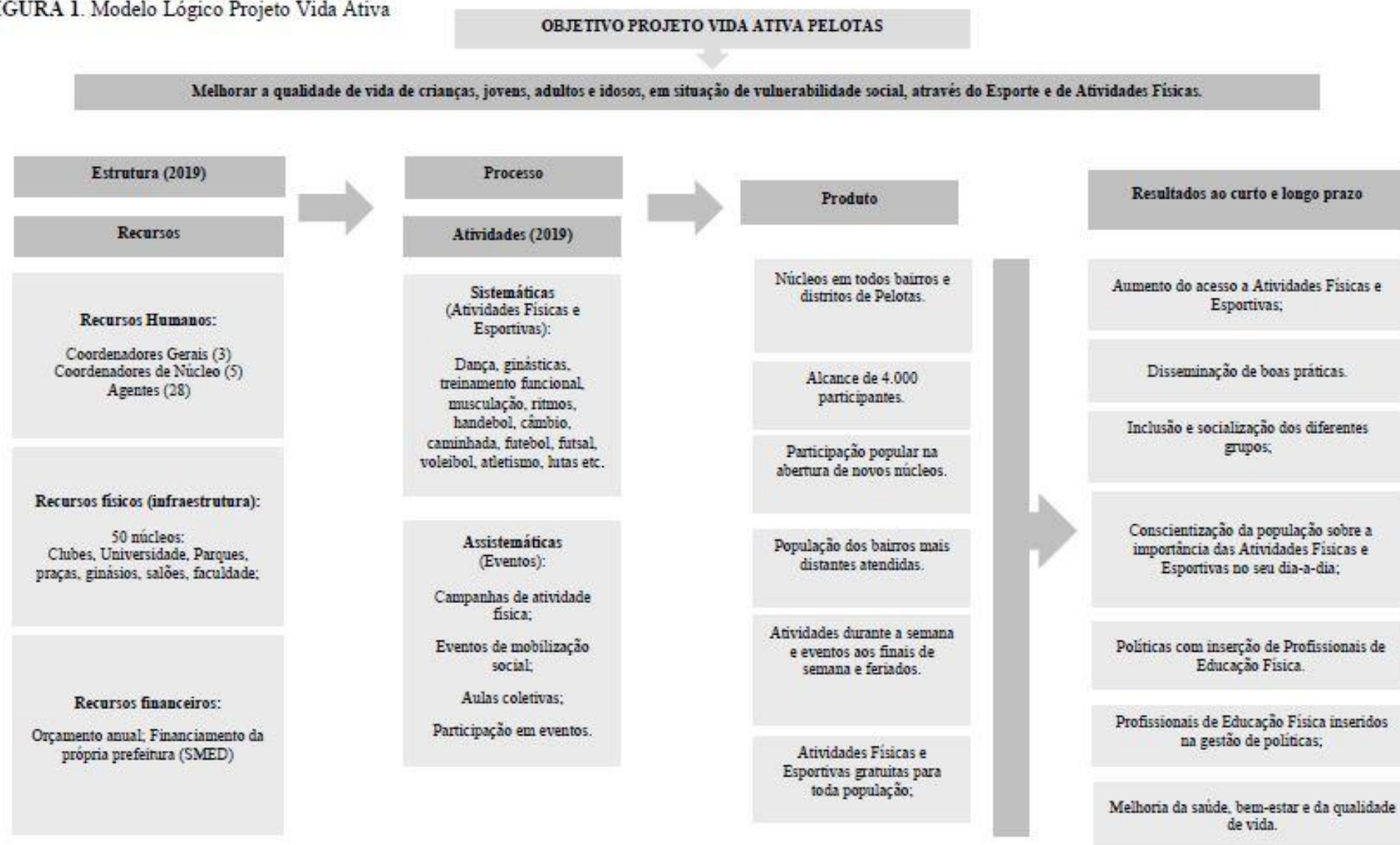
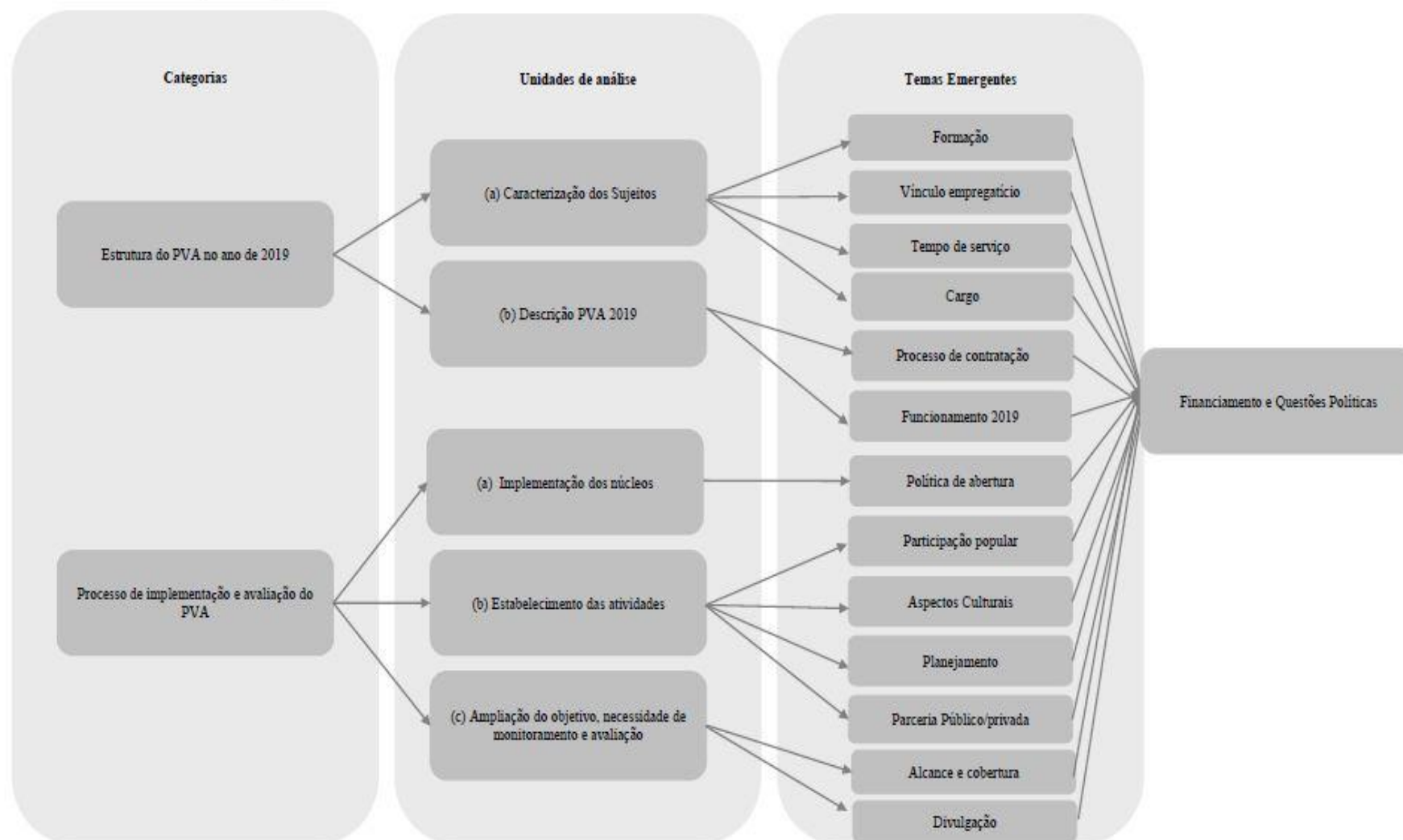


FIGURA 2. Fluxograma categorias de análise.



4 COMUNICADO A IMPRENSA
(Dissertação de Mestrado Giulia Salaberry Leite)

Estudo descreveu o Projeto Vida Ativa Pelotas no ano de 2019, a partir do relato da gestão, iniciativa é desenvolvida pela Secretaria de Educação e Desporto desde o ano de 2013 no município.

Giulia Salaberry Leite é professora de Educação Física e através de seu estudo de mestrado, buscou descrever o Projeto Vida Ativa Pelotas, com ênfase nos aspectos de estrutura e estabelecimento das atividades no ano de 2019.

Na tentativa de contribuir para possíveis melhoras em políticas voltadas a promoção de Atividades Físicas e Esportivas em cidades como a de Pelotas (RS), Giulia Salaberry Leite realizou seu estudo de mestrado buscando caracterizar a partir do relato das coordenadoras do projeto as metodologias e as estratégias de trabalho nos núcleos espalhados pela cidade, compreender a definição e implementação das atividades propriamente ditas, adequação dos recursos existentes, e identificar as principais potencialidades e desafios de continuidade do projeto.

A pesquisa foi orientada pelos professores Dr. Inácio Crochemore Mohnsam da Silva e Dr. José Antônio Bicca Ribeiro junto ao Programa de Pós-graduação em Educação Física da Universidade Federal de Pelotas.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com três coordenadoras gerais e cinco coordenadoras de núcleo que atuaram no Projeto Vida Ativa em 2019. As entrevistas foram realizadas em setembro de 2020, respeitando as normas de distanciamento social vigentes de acordo com cenário de enfrentamento da pandemia Covid-19.

O presente estudo ratifica a importância da existência da iniciativa em Pelotas, considerando os 60 núcleos inseridos nos bairros e distritos no ano de 2019, com mais de 15 tipos de Atividades Físicas e Esportivas desenvolvidas durante a semana e eventos aos finais de semana e feriados, atendendo uma estimativa de 4.000 participantes que semanalmente realizavam as atividades nos núcleos.

Um aspecto importante a ser destacado é a preocupação e incentivo por parte da gestão na formação continuada do grupo de agentes e coordenadoras de núcleos com o objetivo de criar um maior repertório e qualidade para as atividades estabelecidas entre a comunidade e a prefeitura.

Em termos de abertura dos núcleos no ano de 2019 a demanda era feita pela comunidade e se configurava por um pedido que poderia ser feito por qualquer pessoa, e esse processo acontecia de dentro dos bairros em direção à prefeitura. Barreiras em relação aos recursos estruturais e materiais do projeto foram também identificadas e se caracterizaram como uma fragilidade, visto que embora tenha acontecido uma expansão de núcleos e aumento de participantes em 2019, o projeto conta predominantemente com recursos de pessoal.

Os resultados encontrados ajudam a entender a importância do projeto, o cenário de abertura dos núcleos, estabelecimento das diferentes atividades nos bairros e entraves de continuidade da iniciativa. A pesquisadora ressalta a necessidade de maior investimento público, estabelecimento de parcerias com outros setores para aquisição de recursos, monitoramento e avaliação constantes. Esses avanços, adicionados a questões de uma melhor estrutura nos núcleos nos bairros e criação de planos de carreira para os profissionais podem fortalecer o projeto a ponto de torna-lo uma política permanente (visto que atualmente o projeto depende de renovação bianual). *“O Projeto Vida Ativa é uma política de baixo custo de implementação, devido a parceria estabelecida entre a prefeitura e os bairros, ele se desenvolve nos eixos de lazer e esporte, que são direitos estabelecidos na Constituição e por conta das desigualdades sociais que enfrentamos, principalmente de acesso, esses direitos estão longe de se materializar. Nesse contexto ressalto a importância do projeto, visto que a implementação dos núcleos acontece nos bairros que têm menos acesso a atividades físicas e esportivas, e a demanda parte em teoria da população”,* explica Giulia.

Apêndices

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisadores responsáveis: Inácio Crochemore Mohnsam da Silva e Giulia Salaberry Leite

Instituição: Universidade Federal de Pelotas – Escola Superior de Educação Física

Endereço: Rua Luís de Camões, 625 – CEP: 96055-630 - Pelotas/RS

Telefone: (53) 98415-5716

Concordo em participar do estudo “Estrutura e Processo do Projeto Vida Ativa (Pelotas-RS): Descrição da implementação dos núcleos e suas atividades em 2019”. Estou ciente de que estou sendo convidado a participar voluntariamente do mesmo.

PROCEDIMENTOS: Fui informado de que o objetivo geral será “Descrever o Projeto Vida Ativa quanto aos recursos e estrutura disponibilizados e ao processo de concepção e estabelecimento das atividades dos núcleos no ano de 2019”. Estou ciente que de acordo com o cenário atual de enfrentamento da pandemia Covid19, as entrevistas semiestruturadas ocorrerão através da internet, mediante agendamento e com a utilização do aplicativo Zoom, respeitando as normas de distanciamento social vigentes. Estou ciente também que as entrevistas serão gravadas em áudio e vídeo de acordo com concordância previamente estabelecida e que os resultados individuais serão mantidos em anonimato e somente serão usadas para fins de pesquisa.

RISCOS E POSSÍVEIS REAÇÕES: Fui informado de que os riscos de participação no estudo são mínimos e, em caso de qualquer inconveniência, o participante poderá interromper sua participação e contar com o auxílio do pesquisador responsável.

BENEFÍCIOS: O benefício de participar na pesquisa relaciona-se ao fato que os resultados serão incorporados ao conhecimento científico e posteriormente a situações de ensino-aprendizagem. Os participantes receberão um relatório com os resultados do estudo.

PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA: Como já me foi dito, minha participação neste estudo será voluntária e poderei interrompê-la a qualquer momento.

DESPESAS: Eu não terei que pagar por nenhum dos procedimentos, nem receberei compensações financeiras.

CONFIDENCIALIDADE: Estou ciente que a minha identidade permanecerá confidencial durante todas as etapas do estudo.

CONSENTIMENTO: Recebi claras explicações sobre o estudo, todas registradas neste formulário de consentimento. Os investigadores do estudo responderam e responderão, em qualquer etapa do estudo, a todas as minhas perguntas, até a minha completa satisfação. Portanto, estou de acordo em participar do estudo. Este Formulário de Consentimento Pré-Informado será assinado por mim e arquivado na instituição responsável pela pesquisa.

Nome do participante/representante legal: _____

Identidade: _____

ASSINATURA: _____

DATA: ____ / ____ / ____

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO INVESTIGADOR: Expliquei a natureza, objetivos, riscos e benefícios deste estudo. Coloquei-me à disposição para perguntas e as respondi em sua totalidade. O participante compreendeu minha explicação e aceitou, sem imposições, assinar este consentimento. Tenho como compromisso utilizar os dados e o material coletado para a publicação de relatórios e artigos científicos referentes a essa pesquisa. Se o participante tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da ESEF/UFPel – Rua Luís de Camões, 625 – CEP: 96055-630 - Pelotas/RS; Telefone:(53)3273-2752.

ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

APÊNDICE B

ROTEIRO COLETA DE DADOS COODENADOR (A) GERAL

Roteiro Coordenador Geral
1- Identificação Coordenador Geral
1) Sexo () feminino () masculino 2) Turno em que trabalha na prefeitura (dedicação exclusiva) () Manhã () Tarde () Diurno 3) Trajetória acadêmica (Cursos, capacitações, pós-graduação)? 4) Frequentava algum espaço de formação no ano de 2019? 5) Qual vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Pelotas em 2019? 6) Quantas horas semanais você trabalhou no PVA 2019?
2 – Processo de Contratação PVA 2019
1) Como se estabeleceu a seleção para coordenadores gerais do PVA em 2019? Questões adicionais: a) Além dos coordenadores gerais, quem foram os responsáveis pelas contratações do PVA no ano de 2019? b) Como foi realizada a seleção para coordenadores de núcleo e agentes? c) Houve rotatividade de coordenadores e agentes no PVA e/ou se tem uma rotatividade geral de funcionários do PVA? d) Por quem e como é feita a organização da agenda de vocês, coordenadores de núcleo e agentes?
3- Quanto ao cargo que você ocupa/ocupava no PVA 2019
1) Qual era a sua função dentro do PVA? Questões Adicionais: a) O que te diferenciava dos outros coordenadores gerais e dos coordenadores de Núcleo?
4- Quanto ao PVA 2019
1) Na sua opinião qual o objetivo principal do PVA 2019? 2) O que você acha que poderia ter sido desenvolvido no PVA 2019? 3) Foi feita alguma avaliação interna do ano de 2019 e dos anos anteriores do PVA?

5- Processo de abertura dos núcleos

1) Como acontecia o processo de abertura de um núcleo, pensando no que aconteceu em 2019?

Questões adicionais:

- a) O que um espaço precisava para se tornar um núcleo do PVA?
- b) Quem eram os responsáveis por entrar em contato com vocês para abertura de uma turma?
- c) Eram feitas reuniões de planejamento, antes dos coordenadores de núcleo e agentes serem direcionados para os bairros?

6- Processo de estabelecimento das atividades em 2019

1) Como se estabeleciam as atividades sistemáticas em um núcleo?

Questões adicionais relacionadas as atividades sistemáticas (CASO EXISTA ALGUM PROTAGONISMO DO COORDENADOR GERAL):

- a) Como e por quem eram escolhidas as práticas corporais ou atividades físicas dos núcleos em que você atuava e quais era as estratégias utilizadas?
- b) As aulas passaram por algum tipo de análise antes de serem realizadas?

2) Como se estabeleciam as atividades assistemáticas?

Questões adicionais relacionadas as atividades assistemáticas:

- a) Por quem se dava a implementação dessas atividades?
- a) Qual é o papel de um coordenador geral no planejamento e sistematização das atividades?

7- Os agentes do PVA 2019

1) Como os agentes definiam os conteúdos e tipos de aula em cada núcleo?

Questões adicionais:

a) Como é feito o acompanhamento das atividades semanais realizadas pelos agentes?

2) Como era feita a distribuição das turmas nos núcleos para os agentes trabalharem dentro da sua carga-horária?

Questões adicionais:

a) Em média quantos núcleos e existe alguma sistematização de quantas atividades um agente é responsável?

8- Cobertura/Alcance do PVA 2019

1) Vocês têm estimativas da quantidade de pessoas atendidas no ano de 2019?

2) Os núcleos abertos deram conta de atender a população que queria participar do PVA?

_____ Se não, o que você acha que poderia ter sido feito, para que tivessem sido atendidos e também o que pode ser feito para os próximos anos?

9- Financiamento PVA 2019

1) Quanto aos recursos estruturais:

a) Quais eram os recursos em termos de estrutura necessários para abertura e continuidade de um núcleo do PVA?

2) Quanto aos recursos humanos do PVA:

a) Os recursos humanos oferecidos eram suficientes para o andamento das atividades do PVA?

3) Quanto aos recursos materiais:

a) Os recursos materiais previstos para o PVA em 2019 eram suficientes?

b) Como era feita a divisão/distribuição dos recursos para os núcleos?

10- Para finalizar

1) Quais foram as principais coisas que deram certo no PVA 2019?

2) Quais as maiores fragilidades que tu enxergas no PVA no ano de 2019?

3) Por fim, gostaria de saber se existe algum item não contemplado por essa entrevista e que você gostaria de comentar, fique à vontade para acrescentar tuas considerações sobre o PVA.

APÊNDICE C

ROTEIRO COLETA DE DADOS COORDENADOR(A) DE NÚCLEO

Roteiro Coordenador de Núcleo
1- Identificação Coordenador de Núcleo
1) Idade _____ 2) Sexo _____ 3) Turno em que trabalha na prefeitura (dedicação exclusiva) () Manhã () Tarde () Diurno 4) Trajetória acadêmica (Cursos, capacitações, pós-graduação)? 5) Frequentava algum espaço de formação no ano de 2019? 6) Qual vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Pelotas em 2019? 7) Quantas horas semanais você trabalhou no PVA 2019?
2 – Processo de Contratação PVA 2019 1) Como se estabeleceu a seleção para coordenadores gerais do PVA em 2019? Questões adicionais: a) Além dos coordenadores gerais, quem foram os responsáveis pelas contratações do PVA no ano de 2019? b) Como foi realizada a seleção para coordenadores de núcleo e agentes? c) Houve rotatividade de coordenadores e agentes no PVA e/ou se tem uma rotatividade geral de funcionários do PVA? d) Por quem e como é feita a organização da agenda de vocês, coordenadores de núcleo e agentes?
3- Quanto ao cargo que você ocupa/ocupava no PVA 2019 1) Qual era a sua função dentro do PVA? Questões Adicionais: a) O que te diferenciava dos outros coordenadores gerais e dos coordenadores de Núcleo?
4- Quanto ao PVA 2019 1) Na sua opinião qual o objetivo principal do PVA 2019? 2) O que você acha que poderia ter sido desenvolvido no PVA 2019? 3) Foi feita alguma avaliação interna do ano de 2019 e dos anos anteriores do PVA?

5- Processo de abertura dos núcleos

1) Como aconteceu o processo de abertura de um núcleo, pensando no que aconteceu em 2019?

Questões adicionais:

- a) O que um espaço precisava para se tornar um núcleo do PVA?
- b) Quem eram os responsáveis por entrar em contato com vocês para abertura de uma turma?
- c) Eram feitas reuniões de planejamento, antes dos coordenadores de núcleo e agentes serem direcionados para os bairros?

6- Atividades PVA 2019

1) Como se estabelecia uma atividade em um núcleo?

Questões adicionais relacionadas as atividades sistemáticas:

- a) Como e por quem eram escolhidas as práticas corporais ou atividades físicas do núcleo em que você atuava e quais era as estratégias utilizadas?
- b) As aulas passaram por algum tipo de análise antes de serem realizadas?

2) Como se estabelecia uma atividade assistemática?

Questões adicionais relacionadas as atividades assistemáticas:

- a) Qual é o papel de um coordenador de núcleo no planejamento e sistematização das atividades?

7- Os agentes do PVA 2019

1) Como os agentes definiam os conteúdos e tipos de aula em cada núcleo?

Questões adicionais:

- a) Como é feito o acompanhamento das atividades semanais realizadas pelos agentes?
- 2) O que diferencia seu trabalho dentro do núcleo daquele que o agente realiza?

Questões adicionais:

- a) Em média quantos núcleos e existe alguma sistematização de quantas atividades um agente é responsável?

8- Cobertura/Alcance do PVA 2019

- 1) Vocês têm estimativas da quantidade de pessoas atendidas no ano de 2019?
- 2) Como era feito o processo de organização e acompanhamento de participação dos alunos do PVA no ano de 2019?
- 3) Os núcleos abertos deram conta de atender a população que queria participar do PVA?
_____ Se não, o que você acha que poderia ter sido feito, para que tivessem sido atendidos e também o que pode ser feito para os próximos anos?
- 4) Qual era o perfil das pessoas que participaram do PVA em 2019?

9- Financiamento PVA 2019

- 1) Quanto aos recursos estruturais:
 - a) Quais eram os recursos em termos de estrutura necessários para abertura e continuidade de um núcleo do PVA?
- 2) Quanto aos recursos humanos do PVA:
 - a) Os recursos humanos oferecidos eram suficientes para o andamento das atividades do PVA?
- 3) Quanto aos recursos materiais:
 - a) Os recursos materiais previstos para o PVA em 2019 eram suficientes?
 - b) Como era feita a divisão/distribuição dos recursos para os núcleos?

10- Para finalizar

- 1) Quais foram as principais coisas que deram certo no PVA 2019?
- 2) Quais as maiores fragilidades que tu enxergas no PVA no ano de 2019?
- 3) Por fim, gostaria de saber se existe algum item não contemplado por essa entrevista e que você gostaria de comentar, fique à vontade para acrescentar suas considerações sobre o PVA.